



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 10

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 9 de Abril de 1997

**Presidente:** Deputado Dionísio de Sousa

**Secretários:** Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar

### Sumário

*(Os trabalhos tiveram início pelas 15.30 horas)*

#### **Período de Antes da Ordem do Dia**

Depois de lido o expediente entrado na Mesa, passou-se de imediato à apresentação do **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelos "50 anos da Rádio Lajes".

A apresentação do respectivo voto coube ao Sr. Deputado Norberto Pinto (*PS*), tendo proferido intervenções os Srs. Deputados António Menezes (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, passou-se ao período destinado às **Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região**.

Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Francisco Oliveira (*PS*), Joaquim Ponte (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*), Jaime Medeiros (*PSD*), Madruga da Costa (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Azevedo (*PSD*), João Greves (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), José Monjardino (*PP*), Herberto Rosa (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), António Gomes (*PS*), Norberto Pinto (*PS*), João Carlos Macedo (*PS*), Fátima Sousa (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Economia (*Duarte Ponte*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

### **Período da Ordem do Dia**

De acordo com o artigo 98.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, iniciou-se este ponto com a apresentação de 2 Projectos de Decreto Legislativo Regional, tendo o primeiro como finalidade a "**dispensa do exercício efectivo de funções, por períodos limitados aos trabalhadores que sejam membros dos órgãos executivos das Misericórdias e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social**" e o segundo uma "**alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/96/A, de 4 de Janeiro — Conselho Regional de Concertação Social**", cabendo a sua apresentação ao Sr. Deputado José Monjardino (*PP*) e ainda uma Proposta de Resolução sobre "**Pronúncia, por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores**", apresentado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*).

Atingida a hora regimental, os restantes pontos da ordem de trabalhos transitaram para o dia seguinte.

*(Os trabalhos terminaram às 20.15 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PS - António Gomes, António José Loura, António Silva Melo, Carlos Fraga, Dionísio de Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; PSD - Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Berta Cabral, Duarte Freitas, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; PP - João Greves; PCP - Paulo Valadão).*

**Presidente:** Estão presentes 44 Srs. Deputados. Temos "quorum" para funcionar. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o **Período de Antes da Ordem do Dia**, com a leitura do expediente.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Consideram-se aprovados, os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.º s 1 e 2.

— Do Sr. Deputado Regional do Partido Popular Alvarino Pinheiro, o seguinte requerimento:

"Atendendo a que a escandalosa desigualdade das taxas de Reestruturação Portuária, praticadas nos diferentes Portos da Região, na altura denunciadas pelo Partido Popular, chocaram a opinião pública e desiludiram os utentes e consumidores;

Considerando que o objectivo da reestruturação portuária na Região era de proceder a uma efectiva redução dos custos das operações portuárias;

Considerando que o Governo Regional anterior, apesar da correcção da medida adoptada, se comprometeu a gradualmente diminuir o diferencial da taxa de reestruturação nos diversos portos e que as taxas de juro baixaram substancialmente desde o ano passado;

Considerando que a Câmara do Comércio da Horta, que integrou o grupo de trabalho da reestruturação portuária, anseia pela descida das taxas, e tem insistido junto do Governo Regional para que tal aconteça:

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais requero a V. Exa que seja obtida informação urgente junto do Governo Regional sobre:

- Concorda ou não o actual Governo Regional com os desajustados critérios, adoptados pelo Governo Regional anterior, que conduziram a taxas de reestruturação portuária seis vezes mais penalizantes para os portos que servem as ilhas mais pequenas e menos populosas da Região?
- Que medidas pensa o Governo Regional implementar para reduzir substancialmente o diferencial entre as taxas em vigor nos diferentes portos, incluindo o da Terceira?
- Para quando está prevista a entrada em vigor das novas taxas mais reduzidas para os portos do Faial, Pico e ilhas mais pequenas?

Horta, Sala das Sessões

**O Deputado Regional, Alvarino Pinheiro".**

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, Rui Pedro Ávila, do círculo eleitoral da Ilha do Pico, cujo assunto é "Museu da Indústria Baleeira da Vila de São Roque do Pico — Sua integração por acordo de ambas as partes na gestão municipal".

"Com a nova orgânica aprovada nesta Assembleia Legislativa, passaram os Museus da Região a dependerem, e bem em nossa opinião, apenas da Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Daí o normativo emanado dessa Secretaria que, traduzindo essa nova orientação mandou integrar o Museu da Indústria Baleeira da Vila de S. Roque do Pico, na área administrativa do Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, a única actualmente existente na ilha, sob a designação de Museu do Pico.

Atendendo a que tal integração motivou algum descontrolo no horário de funcionamento daquela estrutura museológica que, até aqui, com o apoio da Câmara Municipal e da ex-Secretaria de Turismo e Ambiente, dispunham de funcionários que asseguravam a sua abertura ao público durante todos os dias da semana, embora a

situação desses funcionários não tivesse um suporte de enquadramento orgânico definido, como agora se veio a verificar;

Atendendo a que, a Presidência da Câmara de S. Roque do Pico terá manifestado, de modo informal, a sua disponibilidade de passar a gerir aquele espaço museológico, após as devidas e necessárias negociações e a competente elaboração de um protocolo entre a Secretaria da tutela e aquela edilidade, medida aliás com a qual estou, politicamente, de pleno acordo;

Assim, em face do acima exposto e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o deputado signatário solicita a V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

1- Está em estudo uma **nova lei orgânica** que contemple não só a integração, ora verificada, do Museu da Indústria Baleeira da Vila de São Roque do Pico na tutela dessa Secretaria, como também, uma nova definição da futura repartição do espectro museológico da ilha do Pico, em **três unidades distintas e com personalidade museológica própria** a saber: Museu dos Baleeiros da Vila das Lajes, Museu da Indústria Baleeira da Vila de S. Roque e Museu do Vinho da Vila da Madalena?

2- Está essa Secretaria na disposição de encetar com a Câmara Municipal de S. Roque do Pico as necessárias diligências, para que aquele Município possa vir a gerir o Museu da Indústria Baleeira daquela Vila?

Horta, Sala das Sessões da A.L.R.A., 1997.

**O Deputado Regional, Rui Pedro Ávila".**

**Secretário (Guilherme Pinto):** Requerimento apresentado pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, Rui Pedro Ávila e Manuel Serpa.

"Desde muito antes da sua inauguração, já lá vão mais de oito anos, que estava prevista pela então Comissão Instaladora do Museu dos Baleeiros, a aquisição do prédio urbano composto de casa de habitação, casa de atafona, quintal e botequim, anexa à actual estrutura museológica, pelo lado norte.

Acontece porém que, tal disederato nunca foi atingido e agora, com o aumento de funções administrativas, cometidas embora não em definitivo ao Museu dos Baleeiros, torna-se **premente o aumento de espaços de carácter funcional**, bem

como, **de exposição e oficina/venda de artesanato**, daquela estrutura museológica, como aliás já foi solicitado pelo Sr. Director daquele Museu.

Em face do exposto e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam a V. Exa. as seguintes informações:

1- Foram já **iniciadas as negociações** com o proprietário do prédio urbano, acima referido, no sentido da sua **rápida aquisição e integração no espaço museológico** do Museu dos Baleeiros das Lajes do **Pico** ?

2- Em caso afirmativo, a dotação inscrita no programa dessa área, **contempla a verba necessária a tal aquisição** ?

Horta, Sala das Sessões da ALRA, 08 de Abril de 1997.

**Os Deputados Regionais, Rui Pedro Ávila".**

**Presidente:** Deu entrada na Mesa uma rectificação ao Diário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.º 6, de 28 de Janeiro de 1997.

Terminada a leitura do expediente, vamos passar ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos que se refere à emissão de votos.

Está presente na Mesa um **Voto de Saudação**, apresentado pelo PS, pelos **"50 anos da fundação da Rádio Lajes"**.

Para o apresentar tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

**Deputado Norberto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **"VOTO DE SAUDAÇÃO**

Passam hoje 50 anos sobre a fundação da Rádio Lajes - A Voz da Força Aérea Portuguesa.

Esta estação emissora, tem ao longo dos anos desenvolvido a sua actividade de forma a cativar as audiências que se distribuem por diversas ilhas, abrangendo da costa norte da Ilha de São Miguel a todo o Grupo Central.

As melhorias que se têm vindo a verificar nesta estação emissora têm-lhe permitido manter-se tecnicamente actualizada possibilitando aos seus colaboradores desenvolver um trabalho de excelente qualidade.

Esta estação tem sido uma excelente escola de rádio onde, particularmente nos últimos 20 anos, jovens açorianos têm encontrado uma forma de ocupação dos seus tempos livres e desenvolvimento pessoal, na realização e apresentação dos mais variados programas.

Esta rádio apesar de ser uma rádio militar, sempre prestou inúmeros serviços à nossa população sem excepções.

Por tudo isto, e muito mais que se poderia dizer, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida na Horta, no dia 9 de Abril de 1997, saúda a Rádio Lajes - A Voz da Força Aérea Portuguesa, na passagem dos seus 50 anos de existência pelos serviços prestados à população dos Açores.

Horta, Sala das Sessões.

**Os Deputados Regionais,** *José Humberto Chaves, Francisco Sousa, Francisco Oliveira, Élio Valadão, Norberto Messias, Augusto Elavai, António Gomes, Vasco Cordeiro, Fernanda Mendes".*

**Presidente:** Está aberta a discussão sobre este Voto de Saudação.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

**Deputado António Menezes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se com muito gosto a este Voto de Saudação apresentado pelo Partido Socialista, porque efectivamente a Rádio Lajes, apesar de ser uma rádio militar e não ser uma rádio comercial, já está há muitos anos implantada nos Açores e indiscutivelmente tem prestado um grande serviço à Região em questões de natureza pública, do qual recorro o papel que esta rádio desenvolveu na sequência do sismo de Janeiro de 1980.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente este Voto de Saudação, tendo em conta a importância que esta rádio ligada à força aérea teve em diversos períodos como elo de ligação entre as várias ilhas, embora com períodos, segundo creio, de interrupção de actividade por diversas vezes.

No entanto, em muitas altura é reconhecido por todos a acção que a Rádio Lajes desempenhou, desde há muitos anos, no contexto das rádios regionais.

Por tudo isso, vamos votar favoravelmente este voto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Popular também vai apoiar este Voto de Saudação e congratula-se com a sua iniciativa.

Na verdade a existência da Rádio Lajes ao longo destes 50 anos, não pode deixar de estar associada a uma ligação muito estreita que ao longo destes tempos existiu entre aquela unidade militar com características muito especiais e a população dos Açores, mais especificamente da Ilha Terceira.

O papel desempenhado por aquela emissora ao longo destes anos, é a prova evidente de que a Base das Lajes não é um quartel qualquer.

Constitui uma comunidade que na tradição se enraizou na ilha onde está inserida e até na própria Região e que, por essa via, encontrou nesta rádio uma das formas de ligação junto da comunidade onde está inserida.

Sendo assim, pode considerar-se, sem nenhum desprestígio para a mesma, uma rádio local, porque é vista por muitos dos nossos concidadãos como a sua rádio.

Ainda ontem aqui falámos do Rádio Clube de Angra que tem zonas muito específicas de audiência e, na minha opinião, a Rádio Lajes também tem as suas zonas específicas e é nesse particular que também funciona como um rádio clube.

Isto só reforça a razão de ser desta Assembleia se pronunciar através deste Voto de Saudação relativamente a esta rádio.

É nessa perspectiva que o Grupo Parlamentar do PP vai votar favoravelmente.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Saudação proposto pelos "50 anos da Rádio Lajes", mantenham-se por favor como se encontram.



**Secretário:** O Voto de Saudação apresentado pelo Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Com a aprovação deste voto vamos passar ao 3.º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, destinado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assim, sim!

É sabido que quer pessoas, quer instituições, necessitam que exista alguma coerência entre os propósitos que anunciam e as acções que executam, para que tenham credibilidade.

A população está atenta aos mais ínfimos pormenores para decidir sobre quem lhes merece crédito e quem não.

Os Açorianos não fogem a esta regra, e a confiança que estão finalmente sentindo, deriva das atitudes firmes e das opções seguras que este Governo vem tomando, em total sintonia com o que anteriormente o PS/Açores havia anunciado.

A constatação desta realidade, - a ligação directa entre o que se disse e o que se faz - é de tal forma contrastante com anteriores formas de governar, que a grande maioria dos açorianos sente um desagradável desconforto causado pela noção de terem desperdiçado demasiados anos, embalados no canto de sereia de quem se valeu de inúmeras artimanhas para os iludir...

Isto em parte explica o aparecimento de alguns possíveis exageros que inevitavelmente terão sido ou serão cometidos, por duas razões essenciais:

*-A urgente necessidade de recuperar o tempo perdido;*

*-E a grande confiança em quem agora tem a missão de traçar o verdadeiro rumo para o desenvolvimento dos Açores.*

Se este estado de espírito existe em vários sectores da vida pública açoriana, ele não é menos visível, antes pelo contrário, na área da Agricultura, por ser talvez aquela que directa ou indirectamente toca mais de perto a vida económica da grande maioria da nossa população.

Bem hajam por isso!

Temos de reconhecer que é um bom sinal.

Há apenas, tal como em tudo, aliás, que saber distinguir o "trigo do joio"...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O percurso traçado com firmeza, desde o tempo em que o Partido Socialista se opôs tenazmente à forma inconsequente como os anteriores Governos da responsabilidade do PSD lidaram com os problemas da agricultura, fortalecido com os compromissos assumidos com grande parte da população civil na Convenção para uma Nova Autonomia, onde uma das conclusões foi a de que " *o desenvolvimento da Agro-Pecuária era fundamental para o desenvolvimento da nossa Economia*", apontando-se então como algumas das soluções, entre outras: revitalizar a formação dos agricultores e a extensão rural, fomentar a construção harmónica das infra-estruturas necessárias a todas as explorações, garantir o apoio à indústria agro-alimentar e à comercialização dos produtos, acelerar a implementação do selo de garantia para a carne bovina, avançar com a construção da rede de abate, apostar na diversificação da produção e providenciar a maximização do aproveitamento das verbas comunitárias, para se conseguirem tais objectivos, está começando a dar frutos, isto é, a ter resultados práticos.

Este inequívoco, sinal de coerência e de firmeza quanto aos métodos a prosseguir, ficou cabalmente demonstrado no Programa do Governo recentemente aprovado nesta Assembleia, ao referir nas Políticas para o Mundo Rural com rumo ao desenvolvimento, ser "opção do Governo Regional reforçar prioritariamente as actividades competitivas ou potencialmente competitivas, *garantindo à partida a suficiente dotação orçamental*". Simultaneamente, numa atitude de abertura bastante louvável, propõe-se o Governo envolver na execução do Programa as Associações de Produtores, de Industriais e o movimento cooperativo.

Todos. Sem excepção. Numa postura nova, de diálogo, desinibida, de "quem não deve, não teme". Na procura da maior transparência possível.

Os métodos aí descritos para conseguir tais objectivos parecem-nos os mais apropriados e pelo que já se conhece, a dotação orçamental também nos parece a suficiente para permitir a realização de tão nobres intenções.

Concretiza-se assim o propósito do Presidente do Governo Regional, Carlos César, quando anunciava avultadas verbas para investimentos na agricultura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano, etapa de extrema importância neste percurso, irá com certeza estar em conformidade com todo o processo desencadeado anteriormente.

Se estiver, o Governo e o PS/Açores terão demonstrado uma vez mais total coerência, entre os propósitos enunciados e os objectivos conseguidos, rumo ao tão necessário desenvolvimento dos Açores, ao apostarem vincadamente na sua Agro-Pecuária.

Os lavradores poderão então tirar as devidas conclusões de tal procedimento. Saberão em definitivo que o Governo não está ali para fazer que governa, mas para tomar de facto decisões que contribuam numa forma real e objectiva para a melhoria das suas condições de vida.

Aliás, as medidas já assumidas pelo Senhor Secretário da Agricultura e Pescas são de molde a que se perceba que com ele não existirão precipitações. O que se disser é para se cumprir. Assim foi com a reunião do Conselho da Agricultura logo de início, numa postura de diálogo que não será demais salientar, assim o foi com a proposta de Decreto Legislativo Regional de extinção do IACAPS, com a decisão da construção da praça para o gado e a delegação do IFADAP na Ilha Terceira, com a decisão de *erradicar definitivamente a brucelose em todas as Ilhas*, com a rapidez e eficácia na importação de alimentação para o gado quando das calamidades atmosféricas, com a solução do problema de escoamento de batata e o apoio à constituição duma organização dos seus produtores até aqui totalmente desamparados, com o desbloqueamento do dossier do Poseima e na rápida solução dos 25 milhões de litros da Quota Leiteira, que há cerca de dois anos traziam inúmeros projectos acumulados, sem hipótese de avançarem, pelo facto de se ter esgotado a quota atribuída à Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo do PS nunca tomará qualquer atitude que tenha por finalidade prejudicar os lavradores. Este tem de ser entendido como um ponto assente. Também não tomará qualquer atitude sem estar absolutamente certo da sua oportunidade e eficácia. Por isso, quando se diz que se aposta na diversificação da produção, na extensão agrícola, na formação dos Agricultores, na construção das infraestruturas necessárias,

na promoção dos produtos regionais, na qualidade e sanidade animal, etc, todos sabemos que tais propósitos serão transformados em realidade.

Ouvir que do anterior Governo quase não ficou dinheiro do PEDRAA II para a Agricultura até 1999, preocupou muita gente.

Saber que este Governo está fazendo um enorme esforço para renegociar as verbas relacionadas com a medida Agricultura, é garantia suficiente para sabermos que tais propósitos irão ser conseguidos.

Ao serem-no, esperamos sinceramente que a sua aplicação tenha em conta a realidade açoriana, com a consciência de que é necessário manter e tornar também rentáveis as pequenas explorações agrícolas.

Sabendo-se que a dimensão da grande maioria das explorações existentes não é a ideal, pelo facto da terra escassear para a elevada percentagem de pessoas que dela têm forçosamente de tirar o seu sustento, medidas como a reforma antecipada para os Agricultores, diversificação de culturas, abaixamento dos custos dos factores de produção e promoção dos produtos no exterior, serão bem vindas para as explorações de menor dimensão onde a compensação pelo trabalho não é certamente a mais desejável.

Essas pequenas explorações constituem a grande maioria nos Açores.

Das 21.952 existentes, apenas 1.060 operam em mais de 10 ha.

20.892 exploram menos de 10 ha e 19.518 "vivem" em menos de 5 ha.

Por vezes é bom ouvir estes números para que tenhamos os pés na terra... que são os Açores!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por todas as razões aqui invocadas, pela confiança que este Governo liderado por Carlos César imprime aos Açorianos, pela urgência que já se pensa poder exigir para a solução de problemas nunca dantes resolvidos, pela esperança que indubitavelmente fez renascer, *"não fora por razões que a razão desconhece"* e teríamos toda a Assembleia concordante sobre a eficácia deste Governo.

Por isso, o meu sinal de concordância.

Assim, Sim!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decorreu nos passados dias 1, 2 e 3 deste mês, na ilha do Pico, a habitual reunião anual entre o Governo Regional e os Presidentes das Assembleias e Câmaras Municipais da Região. Este encontro, no qual participei com gosto e com vantagem, ao longo de onze anos consecutivos faz parte de uma prática instituída pelos Governos do PSD em tempo ainda mais longínquo do que aquele que referi. Trata-se, para quem não sabe, de uma importante iniciativa que permite uma maior aproximação entre os membros do Governo e autarcas, e a discussão e o aprofundamento das questões que em simultâneo dizem respeito às competências dos Poderes Local e Regional. Permite que se congreguem investimentos e se definam os níveis de responsabilidade que, a cada um, ficam cometidos; permite que se acertem práticas administrativas e que se introduzam ou proponham alterações à legislação em vigor que resultam da partilha de opiniões e pareceres entre os que nos gabinetes a preparam, e os que no terreno, na prática, se confrontam com a sua aplicação. Se outros motivos não existissem julgo que os que ficam enunciados bastariam para elucidar da importância e do interesse deste encontro para todos os que intervêm de forma séria e empenhada na tarefa colectiva de desenvolvimento dos Açores. A importância que ao longo dos anos todos, sem excepção, deram a esta iniciativa fez com que surgissem inúmeros contributos no sentido de a enriquecer e melhorar, sendo que uma das últimas sugestões apresentadas, e imediatamente acolhida pelo poder de então, fosse no sentido de também participarem nos trabalhos os senhores deputados que constituem a Comissão Parlamentar que trata, entre outros, os assuntos relativos ao Poder Local.

Assim se passou durante anos, e foi com gosto que tomámos conhecimento de que o actual Governo se propunha manter uma prática instituída anteriormente e que tão bons resultados já tinha proporcionado. Foi, contudo, fugaz a satisfação já que, o que

de seguida se passou foi deveras lamentável e merece, em vários aspectos, a nossa reprovação e censura.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Deputados tudo começou mal, decorreu pobremente e terminaria sem história se o pior não chegasse no fim.

E, senão vejamos:

No dia 18 de Março do ano em curso o senhor Director Regional de Organização e Administração Pública enviou ao Senhor Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, um ofício em que lhe dá conta do programa dos trabalhos, e em que lhe comunica do gosto que o Senhor Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento teria em contar com a presença do Senhor Presidente da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais. Apenas o Sr. Presidente da Comissão, não havendo nesta data qualquer referência aos deputados que a constituem como vinha sendo habitual. O ofício é prontamente despachado pelo Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional que no dia seguinte manda que do mesmo se dê conhecimento ao Sr. Presidente da Comissão.

Começa aqui um tortuoso processo para o qual só encontramos justificação numa clamorosa ineficácia dos serviços ou então numa deliberada vontade de afastar os deputados deste encontro.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Olhe que não!

**O Orador:** Com efeito Sr. Presidente e Srs. Deputados, custa a entender que sendo o despacho do Senhor Chefe de Gabinete datado de 19 de Março de 97, o mesmo só venha a chegar ao conhecimento do Sr. Presidente da Comissão passados cerca de oito dias e que, só no dia 31 de Março véspera da reunião começar, venha apressada e atabalhoadamente o Sr. Director Regional dizer que afinal o citado convite do dia 18, dirigido ao Presidente da Comissão, se tornava extensivo aos seus membros. Digo apressada e atabalhoadamente, porque nem houve tempo de dactilografar o fax que o Sr. Presidente desta Assembleia despachou no dia 31 de Março, autorizando os deputados a participar na reunião com os Autarcas.

Compreensível assim se torna, que só no dia em que a reunião começou (2.4.97) na Ilha do Pico, e depois do jantar de abertura oferecido pelo Sr. Secretário Regional, os

deputados desta Casa tomaram conhecimento de que, se assim o entendessem, poderiam participar nos trabalhos. Recebi esta informação no dia 2 de Abril de manhã (e como eu certamente os meus colegas de Comissão) o que significa dizer de que se não tivesse nenhum outro compromisso, e conseguisse (o que nem sempre é fácil) uma escorreita ligação à ilha do Pico, com sorte, assistiria à sessão de encerramento.

Impossibilitado de participar, como fica provado, socorri-me então, para saber do que se passava, dos colegas desta casa que conseguiram estar presentes e de autarcas com quem me relaciono de há muito tempo a esta parte. Fiquei então a saber, com pesar, de que não tinha perdido grande coisa, já que os assuntos mais importantes a tratar na dita reunião ou não tinham obtido resposta, ou mais valia que a não tivessem tido. E, foi assim, que o Sr. Director Regional da Habitação justificou o seu desconhecimento do sector e a consequente impossibilidade de responder às questões colocadas pelos autarcas, por só ocupar o lugar à três meses;...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não apoiado! o Sr. não esteve lá, essa é uma má informação!

**O Orador:** Se o Sr. Deputado me deixar acabar, eu concluo e depois terei muito gosto em esclarecê-lo da informação que tenho.

... que o Sr. Director Regional do Ambiente estava para o Estrangeiro e se fez substituir por um técnico do seu gabinete que invocando a mesma precocidade de funções nada adiantou; e que o Sr. Director Regional de Estudos e Planeamento depois de traçar um preocupante cenário sobre a evolução do Actual Quadro Comunitário de Apoio, acabou por concluir que o importante era conseguir, junto das instâncias nacionais e comunitárias competentes, um reforço financeiro para o mesmo dada a elevada execução que as autarquias locais têm conseguido na sua aplicação, reconhecida, de resto, por um dos técnicos da Administração Regional que a este propósito interveio. Brillante a conclusão do Sr. Director Regional que nada traz de novo ao que já anteriormente aconteceu, pecando apenas por ser demasiado tardia. E, quanto a um aspecto essencial, senão mesmo o mais importante da reunião, que tinha a ver com a regularização dos pagamentos por parte da Administração Regional às Câmaras Municipais das verbas que lhes são devidas resultantes de

comparticipações financeiras Comunitárias e Regionais para investimentos já realizados, ficámos também a saber, pelo mesmo Director Regional, de que para a semana em virtude da realização dos trabalhos do Plano se pensará sobre o assunto. Para que não se julgue que estamos a tratar de uma questão de menor importância, referiria apenas que a actual Administração Regional está em dívida para com as Câmaras Municipais da Ilha Terceira de uma verba que já se aproxima de um milhão de contos. Ora, sabendo-se das dificuldades próprias com que já se debatem as nossas Autarquias Locais, pergunta-se como é possível dizer-se que se deseja um poder local forte e actuante, quando se procede da forma que ficou enunciada? É demasiada hipocrisia ou então um considerável desmazelo e irresponsabilidade.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as coisas não se ficaram por aqui e, quando tudo indicava que se concluiria uma reunião sem história nem proveito, eis que um incidente, de resto habitual e em alguns casos até saudável entre autarcas e responsáveis da Administração Regional, vem marcar o fim do encontro através da decisão de um Sr. Director Regional de impedir os jornalistas de terem acesso aos trabalhos, com a inqualificável justificação de que, e aqui pasmai Sras. e Srs. Deputados, tal se mostrava necessário, e passo a citar "para os presidentes se poderem pronunciar livremente" — fim de citação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Perdoem-me a expressão, mas é preciso "ter lata" e uma grande dose de atrevimento, para passar um atestado de tamanha menoridade e desconsideração aos Autarcas desta Região. Então os nossos autarcas, todos sem excepção, são assim uns quaisquer "aprendizes de feiticeiro" da política regional que se acanham e amedrontam, ao ponto de não se expressarem livremente quando estão presentes nas suas reuniões legítimos representantes dos Órgãos de Comunicação Social?

Então os nossos Autarcas, todos sem excepção, são gente sem experiência política, nem cultura democrática que sentem a sua liberdade de expressão limitada quando estão perante aqueles que têm o dever de trazer à opinião pública com isenção e rigor o que se passa na nossa sociedade?



Não, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Recuso-me a aceitar esta lamentável situação, e junto a minha a outras vozes que contra ela protestam e veementemente a repudiam, porque conheço os Autarcas desta Região, todos, sem excepção.

Creio mesmo, porque também conheço o Sr. Secretário Regional da Presidência, um democrata e um homem de bom senso, ser alheio a estes infelizes acontecimentos. Mas, Sr. Secretário - e tenho pena que o Sr. Secretário não esteja presente - se esta minha presunção tem algum fundamento, como espero, tenha então Vossa Excelência também a coragem de reprovar o sucedido, e de lamentar a triste prestação dos seus colaboradores que, apesar de tudo, respeito como pessoas, como técnicos e até como Açorianos, por mais tortuosos que tenham sido e sejam os seus percursos políticos. A tomada de tal atitude, acredite o Sr. Secretário que só o enobrece a si e ao Governo de que faz parte.

Disse.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tema a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Ponte que não esteve no encontro, mas pelos vistos fez uma avaliação em diferido e ainda bem que não foi pela INTERNET.

Em relação à questão das finanças, as câmaras municipais, por acaso, este ano têm menos razão de queixa do que tiveram no passado.

Eu não sei qual foi o Presidente de Câmara que lhe deu essas informações, mas provavelmente não foi uma informação contabilizada.

Queria dizer-lhe também que tenho aqui a intervenção do Sr. Director Regional da Habitação e não lhe vou responder a nada do que ela trata, porque não se referiu a nenhum assunto da mesma.

O que lhe posso dizer é que o que esteve em causa foi um problema da Caixa Geral de Depósitos e do Concelho da Ribeira Grande, mais concretamente em Rabo de Peixe, um problema antigo que os Srs. não resolveram e que nós estamos a dirimir agora, mas é um problema complicado. Naturalmente, que também se invocou a necessidade de se passar para as câmaras municipais as áreas de habitação.

Esse problema da descentralização foi também tido em conta, dando corpo a um trabalho que já estava iniciado com a Directora Regional da Habitação e dois presidentes de câmara que nunca chegou ao fim, porque foram também os Srs. que produziram a legislação que impediu as autarquias de aceder directamente nessas áreas.

Portanto, não lhe vou falar mais no que diz respeito às questões da habitação, porque o Sr. não conhece a intervenção do Sr. Director Regional dessa área e provavelmente referiu-se a matérias que desconhecia.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Espero que a intervenção do Sr. Secretário também não vá para a INTERNET, porque de facto seria uma má informação.

Na questão da habitação, procedeu-se aqui a uma reunião de trabalho e o Sr. Deputado Joaquim Ponte não se referiu à intervenção do Sr. Director Regional, mas sim às questões que foram postas ao Sr. Director, em que constantemente ele referiu que estava há pouco tempo no cargo e que de facto não tinha soluções para elas.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não foi assim!

**O Orador:** O Sr. Deputado há-de esperar pela sua vez para depois fazer uma intervenção, se quiser.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** O Sr. ainda não é Presidente da Assembleia e os apartes são regimentais!

**Deputado João Cunha (PSD):** Mas ainda vai ser!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Depois foi discutida a questão do protocolo da transferência de competências em que V. Exa. acabou de referir que foi feita legislação.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Que confusão vai nessa cabeça!

**O Orador:** A legislação foi feita há anos quando as autarquias — e não foi só nessa área — não tinham capacidade financeira para fazerem absolutamente nada. O Governo viu-se obrigado a assumir uma série de competências.

O protocolo foi feito há bastante tempo e o que o Sr. Director Regional respondeu foi que tinha um conhecimento por alto do protocolo e que a partir desse momento, como Director Regional da Habitação, exigia que de novo se iniciasse uma série de reuniões com as autarquias, para saber quais as implicações futuras que isto tinha para o Governo. Esta foi a resposta directa que o Sr. Director Regional deu e eu estive presente na reunião.

Quanto ao Sr. Secretário, já é costume e estamos habituados que V. Exa. com o seu ar de alguma graça dê alguns piropos à bancada do PSD.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Olha quem fala!

**O Orador:** Aproveito este momento, uma vez que isso foi ontem referido aqui numa discussão entre as duas bancadas, para falar sobre as célebres reuniões de técnicos vindos do Continente para resolver as técnicas futuras de asfaltagem desta terra.

De facto, no final, o que resultou destas grandes reuniões de conselhos técnicos foi que 15 dias depois, na Ilha Graciosa, por exemplo, em estradas de asfalto tapavam-se buracos com areão. Isto provavelmente foi um aproveitamento das capacidades endógenas. Esta foi a "grande técnica" que se utilizou após esta reunião que deu direito a conferência de imprensa.

Também se descobriu nesta altura através da televisão, transmitido pelo Sr. Secretário com toda aquela seriedade de postura de Estado, que todas as estradas desta Região têm duas valetas, o que não é real.

Eu fiquei preocupado, porque a semana passada quando estive no Pico, percorri uma estrada enorme que liga à Madalena e pensei para comigo, "mais uma asneira do PSD, esta estrada não tem valeta, nem de um lado nem do outro!"

*(Risos da bancada do PSD)*

**Deputado Manuel Serpa (PS):** É só alcatrão!

**O Orador:** Nas novas técnicas que o Sr. descobriu através destas largas reuniões, altamente publicitadas através da televisão, vamos ter que investir milhões de contos só na construção de valetas em 80% das estradas da Região, que de facto não as têm. Esta foi a grande descoberta.

**Deputado João Cunha (PSD):** É que nós fizemos as estradas e eles fazem as valetas!

**O Orador:** Quanto às inovações desta reunião, em que ouvi alguém dizer que não apoiava, de facto houve uma inovação, ou seja, o convite tardio. Para o PSD chegou tarde, mas para os Deputados do Partido Socialista chegou a tempo, porque eles estavam substituídos lá. Provavelmente, foi via INTERNET também!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Isto também é mentira?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, que não posso aceitar a afirmação de que a questão das casas, quanto ao não pagamento de dívidas à Caixa Geral de Depósitos, seja culpa do anterior Governo e que o mesmo não tenha resolvido, justamente porque não dependia exclusivamente do anterior Governo, nem depende dos Governos. Isto depende fundamentalmente da boa vontade da Caixa Geral de Depósitos.

Se o Sr. Secretário tivesse tido o cuidado de mandar — não lhe peço a si para o fazer, porque certamente terá outras actividades na sua agenda diária — as pessoas que estão na área da habitação ou na direcção de habitação averiguar esse processo, chegaria à conclusão de que foram feitas enormes e variadíssimas diligências junto da Caixa Geral de Depósitos e que quando V. Exa. tomou posse, o problema estava praticamente resolvido. A partir daí, eu é que deixei de ter conhecimento.

O problema estava praticamente resolvido e para provar isso basta que peça a alguém que veja a correspondência trocada entre a Caixa Geral de Depósitos e a Secretaria das Obras Públicas.

Quanto à questão da transferência de competências da área da habitação para as autarquias, com certeza que houve sempre disponibilidade para isso, no entanto houve algumas diligências que não se concluíram.

De qualquer forma, gostaria de lhe dizer que a legislação que regulamenta neste momento a área de apoios à habitação foi aprovada recentemente neste plenário por unanimidade.

Portanto, não vejo que desde essa altura até agora, houvesse possibilidade, nesse curto intervalo de tempo que decorreu desde a aprovação dessa legislação até à saída do anterior Governo, de a alterar.

No entanto, V. Exa. tem competência e oportunidade para agora propor uma alteração ao Decreto Legislativo Regional, para nós debatermos e nessa altura transfere-se as competências. Basta apenas que aprofunde o protocolo que estava em fase de negociação com as autarquias.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A minha intervenção está de alguma forma prejudicada pelos oradores que me antecederam, mas de qualquer forma gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional que se eu não tenho melhor informação acerca desta reunião, esta minha deficiente informação resulta tão só de dois aspectos simplicíssimos Sr. Secretário: o primeiro porque não pude participar na reunião pelas razões que expus e não vou repeti-las; e o segundo, porque os Srs., a sua administração, a administração do seu partido, no dia expulsaram os jornalistas da sala o que nos impossibilitou, não só a mim mas a todos, de ter melhor informação sobre aquilo que lá se passou.

Relativamente à habitação, corroboro inteiramente com aquilo que disse o meu colega de bancada Jaime Medeiros. Já há trabalho feito sobre essa matéria e compete agora ao Governo apresentar as iniciativas que julgue mais convenientes, para que se possam concretizar as transferências para as autarquias locais no âmbito da habitação. Quanto a falar naquilo que não sei, eu não tomo isso por hábito e, na minha opinião julgo que o Sr. Secretário é que falou sobre aquilo que não sabe, quando o ouvi dizer

que as autarquias, em termos financeiros, têm hoje razões para estarem mais satisfeitas do que no passado.

Eu devo-lhe dizer que pelo menos nos últimos 12 anos, nunca o Governo Regional teve em dívida para com as câmaras da Ilha Terceira de uma verba de 1 milhão de contos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para voltar a reafirmar ao Sr. Deputado Jaime Medeiros que de facto esse problema não é novo e foi sucessivamente prometido que ia ser resolvido desde 1990. As pessoas deixaram de pagar a renda exactamente por isso e ficaram perante a situação que se encontram actualmente.

Se isso nunca foi resolvido por dificuldades na Caixa Geral de Depósitos, não sei se essas dificuldades representaram fraco poder negocial do Governo Regional.

Agora que as coisas vão ser encaminhadas para a sua resolução, isso também eu lhe posso garantir.

Outra coisa que também gostaria de deixar aqui reafirmado, prende-se com o facto de que este problema suscita-nos outra preocupação mais séria, ou seja, o Governo Regional não se pode substituir a compromissos financeiros dos particulares indiscriminadamente por esta Região, mas isto nunca foi dito desta maneira. O que foi dito às pessoas foi que elas iam ter o problema resolvido.

A nossa preocupação nesta matéria vai ter em conta este princípio.

Em relação ao Sr. Deputado Joaquim Ponte, de facto o Sr. falou nas Câmaras de Angra e eu falei nas câmaras da Região.

**Deputado Joaquim Ponte** (*PSD*): Eu falei nas Câmaras da Terceira e não de Angra, porque Angra só tem uma!

**O Orador:** Efectivamente, as Câmaras da Terceira são uma parcela das câmaras dos Açores. E em relação a essa matéria, as finanças estão em dia comparativamente com o que aconteceu no passado.

**Deputado Joaquim Ponte** (*PSD*): Então há discriminação, Sr. Secretário!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu confesso que o seu esclarecimento ou a achega que deu à minha intervenção não clarificou nada, nem contribuiu para que o problema fosse pelo menos esclarecido junto dos restantes deputados.

O que acontece é que não foi pelo facto do Governo dizer que ia resolver o problema da Caixa Geral de Depósitos, que as pessoas deixaram de pagar. Isso são processos completamente distintos.

O problema da Caixa Geral de Depósitos prende-se com um contencioso que havia e que tinha a ver com a bonificação de juros. O deixar de pagar e levar as casas das pessoas que não pagaram ao contencioso, para depois serem vendidas em hasta pública, não tem nada a ver uma coisa com a outra. São coisas completamente distintas.

O Governo nunca disse que ia começar a pagar casas às pessoas.

Se elas contraíram empréstimos e não puderam pagar ou não quiseram pagar, é um problema da sua inteira responsabilidade e não tem nada a ver com o problema do contencioso que havia com a Caixa, o qual o Governo disse que ia resolver e resolveu mesmo.

No entanto, a questão das pessoas deixarem de pagar, uns porque não puderam e outros porque não quiseram, é diferente.

Era esse problema que nós estávamos a tentar resolver e deixámos o processo praticamente concluído, no sentido da Caixa não colocar as pessoas na rua.

Era apenas isto que lhe queria dizer.

O Sr. confundiu duas coisas completamente distintas.

Ninguém deixou de pagar porque o Governo ia resolver o problema dos juros e das bonificações. Isso são coisas completamente distintas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à questão das dívidas às câmaras e uma vez que o Sr. Secretário referiu que não são apenas as Câmaras da Terceira que têm esse problema, eu queria colocar aqui uma situação que provavelmente o Sr. tem conhecimento.

Quando surgiu o problema das calamidades, foram transferidos para a Região Autónoma dos Açores 2 milhões de contos para acudir tanto a obras da responsabilidade do Governo, como aquelas que eram da responsabilidade das autarquias.

Acontece que o Governo na altura dos pagamentos das verbas que são devidas às câmaras municipais por obras realizadas na base do PEDRAA II, foi feita de facto aqui uma discriminação, isto é, os pagamentos efectuados às câmaras atingidas pelas calamidades receberam 100% da facturação que existia e que foi entregue na DROAP.

As câmaras que não foram atingidas pelas calamidades apenas receberam 50% das verbas a que tinham direito.

A situação aqui coloca-se a nível da Região e não só a nível das autarquias da Terceira.

O caso da Terceira é pior, porque foi referido nesse encontro por diversas vezes. Apenas a Câmara da Praia da Vitória, devido ao aterro sanitário, tem uma verba em atraso de 100 mil contos, verba esta que já foi paga pela Comunidade em Janeiro de 1997 e que até ao momento não entrou nos cofres da autarquia.

A situação é de forma generalizada e não apenas a nível das autarquias da Ilha Terceira.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar aqui dois pedidos de esclarecimento suscitados pela intervenção do Sr. Secretário.

Em primeiro lugar, gostaria de perguntar se o Sr. Secretário tem efectivamente conhecimento do sistema de financiamento das câmaras e do procedimento que têm relativamente a essa matéria, dado que, tanto quanto sei, trata-se de competência que não é directamente da sua área de responsabilidade, mas de um outro Sr. Secretário



que está ausente e admito que o Sr. possa não ter um conhecimento rigoroso dessa questão.

Portanto, a minha pergunta é no sentido de saber se V. Exa. está dentro do assunto ou não.

Em segundo lugar, o Sr. Secretário na resposta que me deu, disse que a situação era favorável para as câmaras neste momento relativamente ao passado, e que apenas as Câmaras da Ilha Terceira constituíam uma franja do total das câmaras da Região e que esta situação poder-se-ia verificar na Ilha Terceira.

O que percebi da intervenção do Sr. Secretário, é que na generalidade a situação era melhor que a anterior.

Se o Sr. Secretário pudesse esclarecer-me, gostaria de saber se confirma esta sua afirmação e no caso de a confirmar, como é que entende que assim seja, porque terá que haver aqui uma claríssima discriminação de umas câmaras relativamente às outras, porque em 12 anos — digo com toda a sinceridade e com conhecimento de causa — que passei pelas autarquias e mais propriamente numa autarquia da Ilha Terceira, nunca me lembro do Governo Regional dever 1 milhão de contos.

Sei que este dinheiro foi transferido em Janeiro de 1997, ao abrigo do Programa REGIS, para investimentos que as câmaras já fizeram em 1995, e que ainda não receberam esse dinheiro.

Neste momento, a dívida para com as Câmaras da Ilha Terceira, é de 1 milhão de contos.

Pergunto ao Sr. Secretário, se esta não é uma situação generalizada, como é que entende o tratamento que está a ser dado às Câmaras da Ilha Terceira?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que das minhas competências não faz parte a área das finanças, mas de qualquer modo devo-lhe dizer que conheço muito bem a dívida do Governo Regional quando tomámos posse. Conheço o orçamento rectificativo e as dívidas que tivemos que pagar com esse orçamento e até mesmo muitas despesas sem cabimento.

Portanto, não me venha para aqui transformar "alhos em bugalhos".

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Não, o Sr. Secretário Secretário é que está a misturar!

**O Orador:** Para nós esse aspecto está claro.

Em relação às câmaras municipais, devo dizer-lhe que de acordo com a informação das finanças, estão mais em dia do que estiveram no passado.

De facto, parece que é uma coisa de outro mundo dizer que há uma câmara municipal que tem 1 milhão de contos de dívida.

Nós encontramos situações muito piores e basta apenas falar da saúde e outras áreas que nós transitámos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Isso é que é misturar "alhos com bugalhos"!

**O Orador:** Não é misturar "alhos com bugalhos".

Os Srs. é que estão a falar de dívidas e elas estão contabilizadas em toda a nossa intervenção.

A herança que nos deixaram, essa sim, foi bem pesada ao nível das câmaras municipais.

Em relação à habitação, Sr. Eng. Jaime Medeiros, é evidente que nós não estamos preocupados em dar casas. Foram os Srs. que fizeram isso durante muitos anos.

A política da "chave da mão" é vossa e não nossa.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** E a dos cheques de 30 contos?!

**O Orador:** Aliás, a vossa política na área da habitação é clamorosa, por isso é que de 63 mil fogos na Região, 24% não têm as condições mínimas.

Por outro lado, o facto de não haver competências das autarquias, foi uma má política, porque as autarquias poderiam complementar esse esforço, mas foram os Srs. que impediram a sua intervenção nessa área, não fomos nós, porque estamos mais preocupados em debelar o problema da habitação do que liderá-lo para ter mais poder.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas dizer que quem está a misturar "alhos com bugalhos". é o Sr. Secretário!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Nós estávamos a falar de dívidas às autarquias que é dinheiro da União Europeia, de obras realizadas pelas autarquias e não tem nada a ver com aquilo que o Sr. referiu, fazendo menção ao orçamento rectificativo. Não tem nada a ver com isto. O Sr. é que está a fazer aqui uma verdadeira mistura.

Depois misturou muito mais, quando meteu as dívidas da saúde no meio desta história toda.

Nós vamos saber e vamos perguntar a este Governo daqui a 30 ou 60 dias, qual é a dívida da saúde para sabermos se de facto essa dívida se não esteve antes, no futuro estará sempre em dia.

Todos nós sabemos que isso é impossível, ela terá sempre desfasamentos de 30, 60 e 90 dias e está escrito numa resposta dada pelo próprio Secretário Regional.

Todos nós sabemos que esta é que é a realidade.

Se no final de 1996 haviam dívidas de 2, 3 ou 4 meses, isso mesmo vai verificar-se em meados deste ano em relação ao ano de 1997.

Isto sempre aconteceu e todos nós temos conhecimento de que a nível nacional essa situação também se mantém. São milhões de dívidas que a saúde tem e por vezes é difícil nesse sector ter os pagamentos em dia.

Quanto à culpa dos anteriores governos na área das competências das autarquias, de facto, o que há aqui é falta do conhecimento em relação ao que se passou há uns anos.

As autarquias não tinham capacidade financeira para tomarem conta de uma série de áreas na Região Autónoma dos Açores. Por isso, na altura, houve que criar legislação que de facto não desse essa competência e encargo às autarquias.

Talvez em 1997/98, as autarquias depois de terem feito grandes investimentos nesta Região, o que vai contra o discurso do Sub-Director Regional do DREPA que diz que de facto houve uma inércia total durante anos no investimento dos fundos do PEDRAA e meia hora depois diz o contrário no seu discurso e fala do auto grau de execução das autarquias na Região.

De facto, este é um discurso desfasado, que se inicia de uma forma e acaba por confirmar que o investimento foi grande e foi bem realizado. De facto, não houve aqui paragens de desenvolvimento neste aspecto.

Neste momento, talvez as autarquias tenham a capacidade de também poderem intervir nas áreas da educação e saúde, conforme aquilo que todas elas aceitaram no protocolo que está assinado por todas as autarquias da Região e que segundo informou o Sub-Director Regional da Habitação, necessitava de rever todo o processo novamente, para poder dar uma resposta naquele sentido, quando já tinha sido aceite o protocolo e a fórmula como iria funcionar no futuro esta transferência de competências, principalmente nestes 3 sectores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos:

Toda a gente lhe reconhece grande competência política, porque efectivamente o Sr. é uma pessoa que consegue mediatizar todos os pequenos actos e como se costuma dizer "faz muito fumo com pouco lume".

Tem todo o mérito, tanto que há bem pouco tempo recebeu uma comenda de um jornal que atribui — digamos — "framboesas de ouro" a determinadas personalidades.

No entanto, queria dizer-lhe que no que diz respeito às questões técnicas, garanto-lhe que todas as vezes que o Sr. vier para aqui bem preparado e disser coisas acertadas, eu não digo nada. Mas peço-lhe que se prepare melhor, porque realmente quando diz que a culpa da não atribuição da competência da habitação às câmaras municipais é do Governo anterior — "dos Srs. que nunca quiseram", foram estes os termos utilizados —, eu lembro-lhe o que disse há pouco, ou seja, os apoios à habitação nesta Região estão regulamentados por um Decreto Legislativo Regional que foi aprovado há bem pouco tempo, em finais de 95, por esta Assembleia, por unanimidade.

Não fomos apenas nós, fomos todos.

Outra questão que queria clarificar, prende-se com o facto "da chave na mão".

Eu não sei o que é que isso quer dizer, porque daquilo que me lembro, nós fizemos alguns realojamentos, adquirindo ou construindo as casas para a Região, realojando pessoas e elas próprias ficavam comprometidas a pagar uma renda de acordo com a legislação e passados 25 anos as casas seriam delas.

Há bem pouco tempo li no jornal uma notícia que num curto espaço de 5 meses, o Governo Regional actual teria feito mais realojamentos do que todo o Governo no período anterior. Isto significa que se o Sr. condena a política "de chave na mão" e entende como "chave na mão" isso, V. Exa. já deu muitas mais chaves do que aquelas que dei.

Além disto, quero dizer-lhe que a política de habitação nesta Região, foi louvada por uma Delegação de Deputados da Assembleia da República que vieram visitar os Açores, composta por elementos de todas as bancadas, e que me disseram que pela primeira vez no País, tinham visto uma política de habitação acertada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para referir um aspecto que, na minha opinião, não traz nada de novo.

Eu coloquei aqui duas perguntas ao Sr. Secretário Regional e quando as fiz, comecei por dizer que essas perguntas não tinham cabimento na sua área de responsabilidade.

O Sr. Secretário de facto, demonstra uma grande polivalência, porque não só se pronunciou sobre essas áreas, como também respondeu-me invocando aspectos que são da área de um outro seu colega de Governo que também está presente e que se quisesse poderia tê-los referido.

Todavia, a verdade é que fiz duas perguntas e fiquei na mesma, daí ter dito que não trazia nada de novo, porque não tive resposta nem a uma nem a outra, mas isso já me aconteceu numa sessão parlamentar anterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A propósito da intervenção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, eu queria procurar de uma vez por todas esclarecer uma questão que, na minha opinião, tem andado um pouco baralhada nesta Casa, de algum tempo a esta parte.

O Governo anterior quando cessou as suas funções, haviam situações que estavam decorrentes da actividade normal da administração pública por pagar.

Naturalmente, que haveriam situações que possivelmente tivessem excedido as verbas orçamentadas e também haveriam questões e situações que teriam e demandariam a necessidade de fazer uma rectificação orçamental.

Aquilo que o Sr. Secretário parece que fez por uma questão de favor e por uma questão milagreira, já se fez nesta Casa muitas vezes, para que os mais novos saibam e os mais velhos se recordem.

Aliás, esse é o processo legal e normal na administração pública de se fazer transferências de verba para exactamente preencher rubricas inadequadamente, de maneira menos correcta ou menos provida orçamentadas, e outras que tenham ocorrido durante o ano económico e que tenham necessidade de se providir.

Não vale a pena lançar a suspeição de que as pessoas que andaram a lidar no anterior Governo são menos sérias ou menos honradas por causa disso.

Lembrar-lhe-ia Sr. Secretário, uma norma antiga, ou seja, quando as pessoas julgam por determinados critérios, normalmente serão julgadas pelos mesmos.

Eu naturalmente não vou julgá-lo Sr. Secretário, mas convidá-lo-ia a reflectir que "atrás de tempo tempo vem". Alguém o há-de substituir e poderá da mesma forma, naturalmente, encontrar alguma verba para transferir, alguma rubrica para cobrir, alguma necessidade de rectificar um orçamento que não tenha sido bem adequado ou elaborado, o que não terá sido o caso, mas admito por isso. Por outro lado, Sr. Secretário, gostaria de acrescentar ainda que a questão da dívida da saúde, é uma questão assumida nesta Casa há muitos anos. Não estava "debaixo do alqueire".

Aliás, quem disse ao povo açoriano que estava preparado para governar, que conhecia todos os dossiers, que sabia tudo da governação, não fui eu!

O povo dos Açores sabe perfeitamente quem é que lhes disse que estava preparadíssimo para governar, que conhecia todos os dossiers, que sabia todas as coisas.

Portanto, não vale a pena agora chamar à colação fazendo deslizar pelo Governo anterior situações que são normais em qualquer administração.

Aliás, não é preciso ir muito longe.

Verificou-se agora que no passado mês de Dezembro o Ministério da Saúde resvalou **apenas** 100 milhões de contos relativamente ao orçamentado.

Naturalmente que será julgado por "pecado mortal", ou que a Ministra da Saúde é pessoa menos séria. Não é!

Todos os dias nos hospitais se gasta!

Não há forma nenhuma possível e desafio o Sr. Secretário ou quem quer que seja nesta Casa, a dizer ou indicar uma unidade de saúde neste País que não esteja em dívida com os seus fornecedores.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que resumisse, porque o seu tempo está a terminar.

**O Orador:** Creio, Sr. Secretário, e faço isto sem qualquer parcimónia, que sou responsável pelos meus actos e não me envergonho de uma **única** acção do Governo a que tive a honra de presidir.

Portanto, não posso, nem devo deixar passar nesta Casa mais vez nenhuma, situações que são insinuações, são meias verdades e que não correspondem de maneira nenhuma aquilo que é a normalidade da administração e aquilo que deve ser o comportamento de quem nesta Casa vem representar os açorianos.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Aproveito para informar o plenário que já terminámos o 1.º período das intervenções de interesse político relevante para a Região na sua hora e meia, passando para a sua prorrogação a pedido do PSD.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou fazer grandes diambulações, nem por lume, nem por incêndios, porque eu sou responsável pelos bombeiros, por isso não vou entrar por aí.

**Deputado João Cunha** (*PSD*): Esta agora não percebi!

**O Orador:** De facto, gostaria de dizer que já foram pagos 3 milhões de contos através do REGIS e do CONVERG e a própria Câmara de Angra, esta semana, teve uma autorização de pagamento de mais de 200 mil contos.

**Deputado Joaquim Ponte** (*PSD*): Só se foi ontem ou hoje!

**Deputado José Maria Bairos** (*PSD*): Foi há bocadinho, através de um telefonema!

**O Orador:** Foi ontem.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa, eu gostaria de dizer que quando falo em orçamento rectificativo, não estou a falar em mais nada do que uma informação técnica da Secretaria, em que os responsáveis foram avisados que haviam programas que já não tinham cabimento e continuou-se a fazer-se despesas através desses mesmos programas.

Portanto, não disse mais nada do que isto.

Já reafirmei uma vez isto aqui, reafirmo e provo quantas vezes forem necessárias.

É tão somente isto. Não é assacar responsabilidades financeiras a ninguém, porque elas não foram assacadas.

Por outro lado, nós recebemos indagações do Tribunal de Contas para pronunciarmos sobre a Conta de Gerência simples de vários anos e vamos fazê-lo com a maior clareza e com a informação dada pelos serviços técnicos que a Secretaria possui.

É apenas isto. Não é vilipendiar, não é assacar responsabilidades financeiras a ninguém.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Eu não quis interferir no meio desta discussão, mas houve uma referência que não posso deixar passar por questões de honra e de ética, quanto à presença dos deputados naquela reunião.

A história é simples.

Se os Srs. Deputados que fazem parte da Comissão de Política Geral bem se recordam, foi conversado nessa mesma Comissão que no dia 1 de Abril se iniciaria, depois de várias datas suscitadas, o 19.º Encontro de Presidentes de Câmaras e Assembleias Municipais, organizado pela DROAP, na Ilha do Pico.

Ficou a expectativa, aguardou-se comunicação que efectivamente nunca chegou.

O que é certo, é que no dia 31 de Março — o encontro era no Pico, eu estava lá e tinha interesse em participar — entrei em contacto com o Sr. Chefe de Gabinete desta Assembleia, que me informou que o convite vindo há bastante tempo, só contemplava o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral.

Fiz um telefonema para a Terceira, porque os Srs. Deputados que fazem parte da Comissão de Política Geral sabem que se conversou sobre o assunto e eu disse que íamos ser convidados.

**Deputado João Cunha (PSD):** Os convites agora são feitos através do Sr. Deputado! Não é isso que queria dizer?!

Era isso, não era?!

**O Orador:** Sr. Presidente, uma vez que há ruído na sala, agradecia que descontasse o tempo desse mesmo ruído.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Os apartes são regimentais!*

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Nós damos-lhe todo o tempo que precisar!

**Presidente:** Faça favor, Sr. Deputado! Pode continuar.

**O Orador:** A secretária do Sr. Director Regional informou-me que estava convencida que os Deputados estavam convidados. Eu disse-lhe que não.

Foram ver o processo e efectivamente do lado da tarde chegou à Assembleia o fax, segundo aquilo que fui informado.

Imediatamente e por questões de ética, eu tomei a liberdade pessoal de telefonar para a Delegação de Ponta Delgada, para o PS e PSD, dizendo particularmente do que se estava a passar.

Como era um encontro em que nós participávamos como observadores e não tínhamos direito a voto, sendo uma área da nossa responsabilidade em que sempre participámos e era com gosto que o fazíamos, ainda havia tempo.

Mais tarde tive um telefonema do Sr. Deputado Manuel Azevedo, em que dizia que não tinha percebido bem a minha mensagem, porque efectivamente o que tinha recebido era um convite só para ele e informou-me que até já se tinha feito substituir pelo Sr. Deputado José Maria Bairos.

O que se passa a seguir em termos de chegar os convites mais cedo ou mais tarde a Angra ou a Ponta Delgada, já não é da minha conta. No entanto, dizer-se que os Deputados do PS que lá estavam tinham sabido primeiro, isto é muito simples Sr. Deputado, porque eles eram do Pico.

Na véspera não estava lá mais ninguém, a não ser os Deputados do Pico que se fizeram substituir, no caso do Sr. Deputado Manuel Serpa, por outro deputado que não podia vir.

No dia seguinte, estive o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Portanto, se quiserem fazer disto mais do que aquilo que é, a mim não me importa.

Porém, eticamente, não me ficava bem ter sido citado e não contar aquilo que verdadeiramente se passou.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era minha intenção intervir sobre esta matéria, porque, como é hábito, coloco as questões e depois de saber a informação, fico por aí.

Ainda ontem, na conferência coloquei este problema, porque estive sempre em contacto com o Sr. Presidente da Comissão, a fim de saber se havia convite até à véspera do início dos trabalhos.

Só no dia anterior ao início do encontro, à tarde, é que o Sr. Presidente telefonou-me a dizer que o convite tinha chegado.

Inclusivamente pensei que pudesse haver alguma deficiência dos serviços e o Sr. Presidente ontem afirmou que o documento chegou e foi enviado.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila que vivo na Ilha das Flores. Sou membro da Comissão e manifestei sempre interesse em participar nos trabalhos.

Pelo facto de ter interesse em participar nos mesmos, é que estive sempre em contacto com o meu gabinete e com o próprio Presidente da Comissão.

Apesar de ter estado na Comissão que o Sr. Deputado referiu, só recebi o convite de acordo com aquilo que penso que todos nós recebemos, já os trabalhos estavam praticamente a começar.

A pergunta que deixo ao Sr. Deputado é se considera razoável que um Deputado que vive numa ilha desta Região fora do Grupo Central ou mesmo dentro do Grupo Central mas fora da área Pico, Faial, São Jorge e Graciosa, se tem alguma possibilidade de estar presente numa reunião que tem interesse, quando é convidado na véspera à tarde, antes do encontro se realizar?

Eu penso que cada um tem que assumir as suas responsabilidades.

Na minha opinião, julgo que é importante que se assuma que terá havido um lapso. Tudo bem. Assuma-se efectivamente e não se procure arranjar desculpas em relação àquilo que não há desculpas.

Há um lapso, sim senhor! Vamos assumir, porque todos nós também os temos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou acrescentar muito mais àquilo que foi dito, simplesmente queria dizer que o que Sr. Deputado Rui Pedro Ávila acabou de afirmar perante esta Câmara, foi a confirmação daquilo que tenho dito e daquilo que o Sr. Deputado Joaquim Ponte disse na sua intervenção.

Gostaria de colocar aqui uma questão ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Se isto tivesse acontecido por causa de um secretário ou responsável do Partido Social Democrata, qual teria sido a sua postura nesta Câmara em relação às autarquias e aos deputados desta Região?

Sabemos que nestas questões, o Sr. tomava logo uma posição duríssima em relação à pessoa que tivesse cometido o erro, seja ele intencional ou sem intenção.

Chamo a atenção para que as pessoas responsáveis fiquem atentas, para que o que aconteceu desta vez não volte a acontecer. Ou então, partimos desde já de uma base em que não é necessária a presença da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais em assuntos desta natureza.

Era apenas isto que queria deixar claro.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma pequena intervenção como Presidente da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais acerca deste assunto.

Efectivamente confirmo que várias vezes na Comissão falámos neste encontro, sobretudo pela voz do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Algumas datas foram aventadas, na última reunião antes do evento confirmou-se a data e alguns deputados fizeram reservas de voos para estarem presentes nesse encontro.

Na Quinta-Feira Santa de manhã, em que os serviços fechavam do lado da tarde, recebi contactos de alguns deputados — lembro-me dos Srs. Deputados Paulo Valadão e João Cunha — a saber se efectivamente havia convite, porque queriam saber se anulavam a sua reserva ou não.

Eu disse-lhes que nem eu próprio como Presidente da Comissão, tinha convite.

Fecharam os serviços. Fui para casa.

Provavelmente os Correios trabalharam do lado da tarde e nessa Quinta-Feira à tarde recebi em casa um convite do Sr. Secretário Regional das Finanças para eu, como Presidente da Comissão, estar presente no encontro e anexava o programa.

Não fiz mais diligência nenhuma, embora visse que o convite tinha chegado tarde e disse logo que não poderia estar presente, porque já tinha outros compromissos.

No dia 31 pedi ao Sr. Presidente que autorizasse um outro Sr. Deputado, neste caso o Sr. Deputado José Maria Bairos, a representar-me nesse encontro. O Sr. Presidente autorizou.

De facto, na segunda-feira, numa conversa que mantive ao telefone com o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, ele disse-me que de facto tinha havido um lapso e que ia surgir um convite para os restantes Srs. Deputados. Aguardei.

Entretanto, fui informando os Srs. Deputados que me telefonaram da conversa que tinha tido com o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Efectivamente, às 17.29 horas desse dia, chegou um fax à delegação da Assembleia em Ponta Delgada, a informar que estavam convidados todos os Srs. Deputados.

Eu já tinha saído e só tomei conhecimento do fax na parte da manhã do dia seguinte. Comuniquei a todos os que pude, mas já não havia remédio, porque ninguém conseguia chegar ao local.

Estes são os factos e abstenho-me de comentar a questão política subjacente a isto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julguei que tinha sido claro quando referi que ia falar apenas em termos pessoais.

Se querem que diga que repudio claramente toda esta atitude, nem outra coisa seria de esperar da minha parte.

Mas também é verdade e em abono da verdade se deve dizer, que quem esteve até ao fim dos trabalhos, viu que no fim quando falei e agradeci o convite, mostrei ao mesmo tempo a minha mágoa ao Sr. Director Regional pela situação que se tinha passado.

O Sr. Director também pediu publicamente desculpa aos Deputados que lá estavam e aos autarcas e que seria sempre norma dele que os Deputados da Comissão de Política Geral continuassem a fazer parte destes encontros. E disse mais, que estava convencido — sempre — de que os Deputados tinham sido convidados.

Assunto encerrado. Ninguém está aqui a branquear nada!

**Deputado João Cunha (PSD):** Está a branquear, sim senhor!

**O Orador:** Estamos apenas a dizer o que se passou.

As responsabilidades são de quem são.

Da minha parte assumi as minhas e julgo que se o Governo tem alguma coisa a dizer é que não agiu bem.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sou um corvino há já 42 anos, sempre vivi no Corvo; quer isto dizer que é tempo suficiente para se conhecer os problemas e os anseios desta sociedade.

Viver no Corvo nunca foi fácil desde o seu povoamento, porque só à terceira tentativa se conseguiu fixar algumas famílias, talvez teimosos ou corajosos, mas acima de tudo gente de grande fé dos quais me sinto orgulhoso por ser seu descendente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho aqui com a consciência tranquila defender os interesses dos corvinos, que são pessoas de respeito, e não para defender ideias de pequenos grupos de pessoas que encontraram vida fácil no Corvo e muitas vezes desconhecem os problemas daqueles que, dia a dia, têm de trabalhar com o suor do seu rosto para a sua sobrevivência.

O Executivo Regional visitou o Corvo nos dias 20 e 21 de Março. Essa visita teve duas fases diferentes: no primeiro dia o Governo pautou-se por uma postura aberta, conversou com os legítimos representantes do Corvo e como resultados de tais contactos parecia mostrar uma boa compreensão para os problemas dos corvinos. No segundo dia, surpreendentemente, a postura mudou. O Governo é um Governo da Região e não de pequenos grupos que não conseguem assumir o facto de que os corvinos já não confiam neles.

A maioria das medidas que o Governo anunciou para o Corvo já foram por outros prometidas. Os assuntos de fundo, os assuntos mais importantes, não tiveram a resposta mais esperada pela maioria dos corvinos.

É a defesa dessa maioria que me faz lutar nesta Casa.

É por isso que continuo a defender que se aumente o porto, que se repare o caminho para as Lagoas do Caldeirão, que se ouça a opinião dos agricultores e compartes do baldio, porque estes, por si, muitas vezes têm mais respeito pela natureza do que muitos daqueles que se dizem grandes ambientalistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos transportes marítimos para o Corvo o problema é tão antigo que já meu bisavô, na altura como Administrador do Concelho, pediu ao Rei que os navios da Empresa

Insulana de Navegação escalassem o Corvo, segundo consta duma acta da Câmara da qual tenho fotocópia.

Hoje, passados quase 200 anos, um bisneto apresentar o mesmo problema é vergonhoso...

*(Risos das bancadas do PP e PSD)*

**O Orador:** ... e mostra bem claro a falta de respeito dos governantes por aquela Ilha. Nos transportes aéreos, outra tragédia: continuamos com dois voos da SATA para o Corvo, quando já nesta altura deviam ser três. Mas o mais grave ainda é termos dois, às Segundas e Quintas-Feiras e se ter passado o voo da Quinta para a Quarta. Só espero é que a SATA não se lembre de fazer os dois voos para o Corvo no mesmo dia, pois se calhar ficava-lhe mais rentável.

*(Risos do Deputado Alvarino Pinheiro)*

**O Orador:** Meus Senhores: têm de ter mais respeito e não brinquem tanto com os Corvinos, porque também são portugueses e açorianos e temos de ter em conta que se o Estado e a Região quer ter Ilhas, tem que as suportar.

**Vozes do PP e PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas vou esclarecer aquilo que me é possível.

Em relação aos transportes, como é do vosso conhecimento, este ano as ligações da SATA com o Corvo, são apenas de uma por semana durante o Inverno.

São 36 lugares, o que significa que um décimo da população pode viajar por semana.

No Verão vão efectuar-se 3 voos semanais.

Acontece que este Verão vai abranger os períodos compreendidos entre 7 e 28 de Junho e início de Julho a finais de Agosto. Durante este período, efectuar-se-ão 3 voos à Segunda, Quarta e Sexta-Feiras.

No entanto, durante os meses de Abril e Maio, porque noutras ilhas já se iniciou o horário de verão, o voo que se realizava à Quinta-Feira, passou para a Quarta-Feira.

É uma situação que vamos rever no próximo ano, mas desde já digo-lhe que é difícil, porque as outras ilhas têm voos de verão e condicionam a direcção da frota.

Provisoriamente, durante os meses de Abril e Maio, os voos realizar-se-ão à Segunda e Quarta-Feiras.

No próximo ano poderemos pensar na Segunda e Quinta-Feiras.

Nos meses de Junho, Julho e Agosto, serão garantidos os 3 voos por semana.

De 7 a 28 de Junho esse terceiro voo efectuar-se-á ao Sábado e nos meses de Julho e Agosto será à Sexta-Feira.

Em relação aos transportes marítimos, como o Sr. Deputado sabe, o grande problema do Corvo prende-se com a regularidade dos mesmos.

O porto desta ilha é pequeno e não permite a entrada de grandes embarcações, mas as necessidades em termos de carga aproximam-se por mês das 120 toneladas.

Nós estamos a fazer todos os esforços para encontrar uma embarcação que sirva os interesses do Corvo. Uma embarcação que seja potente, que tenha uma grua própria para colocar contentores no cais, que tenha capacidade de transportar 30 a 40 passageiros.

Já encontrámos uma que custa por volta dos 100 mil contos e a Transinsular está interessada em participar cerca de 50%.

Nós vamos ver essa embarcação que está actualmente na Dinamarca, se não me engano, e vamos entrar em contacto com a Câmara Municipal do Corvo e com o Sr. José Augusto que também já está disposto a participar nesta sociedade, para resolvermos os problemas de transportes de carga para aquela ilha de uma maneira clara.

Efectivamente, deparamo-nos com um grave problema, ou seja, os transportes só serão feitos quando o Sr. José Augusto entender que deve efectuá-los.



É preciso que haja regularidade e que tenhamos conhecimento que à Segunda ou à Quinta há transporte marítimo de carga para o Corvo.

É evidente que quando estiver mau tempo, a viagem pode não realizar-se à Segunda, passando para a Terça, mas o que interessa é que se efectuem duas viagens por semana de uma forma regular durante todas as semanas do ano.

É nesse sentido que vai ser mudada a situação dos transportes aéreos e marítimos no Corvo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que subscrevo na íntegra a intervenção do Sr. Deputado João Greves. Faço minhas as suas palavras.

Na minha opinião, o Governo deveria ouvir a população da Ilha do Corvo e não um pequeno grupo que reuniu à noite à pressa, e que nunca fizeram nada na vida e ainda por cima não são bem vindos no seio da sociedade corvina.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção do Sr. Deputado João Greves, leva-me a fazer algumas considerações sobre o problema dos transportes marítimos de que se queixam os deputados da Ilha do Corvo e que eu, na qualidade de deputado da Ilha das Flores, tenho o dever moral de me queixar.

Aliás, quando terminou a reunião que tivemos com o Sr. Secretário Regional e com o Sr. Presidente da SATA-Air Açores, saí totalmente convicto de que efectivamente os problemas das Flores e do Corvo não iam ser resolvidos.

Eu até estava convencido que o Sr. Presidente da Administração da SATA não iria dar qualquer informação sobre a matéria. No entanto, ele enviou-nos um ofício a dizer que tinha criado um voo para as Flores ao Sábado e que o Dornier iria viajar ao Sábado para as Flores e Corvo.

Isto leva-me a fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, tenho que lamentar o facto de continuarmos a não ter voo para aquela ilha ao Domingo durante todo o período. Não falem em falta de voos ou impossibilidade dos aviões, porque é precisamente nesse dia que há menos viagens para toda a Região.

No que diz respeito ao Sábado, efectivamente, o Sr. Presidente da Administração da SATA cria um voo com as rotas Ponta Delgada/Flores/Ponta Delgada. Aparentemente isto é óptimo, uma maravilha. Todos estávamos de acordo e podemos considerar que foi um progresso, mas qual não é o meu espanto, quando no dia em que recebi o ofício, fui a uma agência de viagens, procurando marcar para o dia 30 de Agosto um voo Ponta Delgada/Flores, aproveitando exactamente o voo que o Sr. Presidente da Administração da SATA diz que tinha criado e... fico em lista de espera.

Fracamente Sr. Secretário, eu não compreendo.

Talvez o Sr. possa esclarecer alguma coisa sobre esta matéria, porque o voo está criado. Eu é que estou em lista de espera.

Será que apareceram tantos passageiros de uma dia para o outro para ocupar o voo?

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Diga em que dia é que é para a gente saber!

**O Orador:** Sr. Presidente do Governo, é o voo 530, do dia 30 de Agosto, mas eu não quero o meu problema resolvido, eu quero é resolver o problema dos turistas, porque o meu problema é resolvido facilmente, Sr. Presidente.

*(Risos da bancada do PSD)*

O meu problema é agora resolvido com Vs. Exas. e antes era com estes senhores.

Quando eu ponho estas questões aqui não é para o meu problema ser resolvido, é para que os turistas que vão às Flores e os florentinos que queiram viajar, tenham voos ao fim de semana.

Esta é uma situação lamentável e é o que se passa.

O mesmo se passa em relação à Sexta-Feira. As pessoas que vão trabalhar durante a semana para as Flores e que queiram sair à Sexta-Feira à tarde, não o podem fazer. Aí

regredimos, porque em tempos anteriores já tivemos voo à Sexta à tarde e agora deixámos de ter. Nesse dia ficámos pior, porque só temos voo de manhã durante uma grande parte da época.

Em segundo lugar, gostaria de referir alguns assuntos que há alguns meses aponte e que eu não compreendo.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que terminasse porque o seu tempo esgotou-se.

**O Orador:** Eu termino já Sr. Presidente, mas agradecia que me inscrevesse novamente para poder continuar.

**Presidente:** Com certeza.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo do Partido Socialista fala em liberalização dos transportes.

O Partido Popular, com quem o Partido Socialista se tem entendido até ao momento em áreas fundamentais, nomeadamente na aprovação do Plano a Médio Prazo, também defende a liberalização dos transportes. Aliás, relativamente há pouco tempo, li ou ouvi qualquer coisa sobre uma condicionante em que o PP dizia que votava favoravelmente com o PS o Programa do Governo, se satisfizerem estas e outras questões, entre elas a liberalização dos transportes.

Eu pergunto: se o Governo participar na aquisição de uma embarcação, se participar em mais uma sociedade com os actuais armadores, isto é liberalizar ou é intervir?

De facto, a liberalização é a solução ideal, mas é muito mais fácil o Governo definir obrigações de serviço público para aquela rota e deixar o problema da navegação à iniciativa privada.

Na minha opinião, essa intervenção que os Srs. se propõem fazer entra em contradição com o vosso programa de partido e do Governo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Secretário, que em vez de gastarmos tanto dinheiro à pressa com esse barco que diz que vai ver, os barcos que estão nas Flores podem muito bem fazer uma carreira normal ao Corvo sendo apoiada pelo Governo.

Na minha opinião, enquanto não acrescentarmos o porto, o problema dos transportes do Corvo será sempre mal resolvido. Enquanto não conseguirmos de vez em quando uma carreira pelo menos até ao Grupo Central, os transportes no Corvo serão sempre uma desgraça e este é um problema que já se arrasta há mais de 200 anos e que já é altura de se resolver.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voltemos a falar sobre a SATA.

O Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário Regional da Economia, vão estar connosco aqui no dia 28, 29 e 30 de Abril para analisarmos em comissões o Plano e Orçamento.

No dia 30, irão regressar às suas casas à tarde, ou então no dia 1 logo de manhã.

No entanto, os deputados das Flores e do Corvo, se quiserem regressar no dia 1 às suas casas, vão ter que ir para a Terceira e de lá para as Flores e para o Corvo.

Eu penso que isto está errado e não é rentabilizável para a própria SATA.

Na minha opinião, os problemas que se põem à Terça e à Quinta no regresso à Ilha estão mal, não para nós, mas para as pessoas das Flores e do Corvo que se deslocam ao Faial para virem ao Hospital, porque lá só têm centros de saúde, e têm que regressar às suas casas, excepto ao Sábado, ao Domingo, à Terça e à Quinta. No caso das Flores têm três dias, em relação ao Corvo têm apenas a Terça e a Quinta para regressarem às suas casas.

Mas há ainda uma outra situação caricata, ou seja, os passageiros que vêm dessas ilhas para a Horta à Terça e à Quinta, no horário de verão, vão para a Terceira e chegam lá às 15.20 horas e têm um voo para a Horta às 15.50 horas.

Porém, a nível do computador de reservas, não lhes dão a possibilidade de eles fazerem essa ligação para a Horta. Nós não compreendemos como é que no sistema

que Vs. Exas. têm, não introduzem a possibilidade do passageiro que chega às 15.20 horas não poder tomar um avião 30 minutos depois.

Isto é uma situação que se vem repetindo a qual coloquei aqui há dois meses. Francamente, na minha opinião, tenho a impressão de que se deveria ter algum cuidado em resolvê-la.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Poderíamos continuar a falar sobre esta matéria, mas a minha intenção é apenas chamar a atenção do Governo para que o trabalho das ligações com o Grupo Ocidental continue a ser aprofundado, que se sistematize e que haja da parte da empresa pública boa vontade na resolução dos problemas.

É essa boa vontade que eu lamentavelmente, pelo menos até ao momento, ainda não encontrei.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Já melhorou!

**O Orador:** É necessário melhorar muito mais, Sr. Presidente.

Melhorou no papel, mas o voo está em lista de espera!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado João Greves, na minha opinião, está a suscitar um conjunto de questões pertinentes, relativamente às matérias que ele colocou e eu permitia-me pôr duas questões face à resposta do Sr. Secretário Regional da Economia.

A primeira tem como finalidade tirar algum proveito, pelo facto de saber da boca do Sr. Secretário que já há horário de verão da Transportadora Aérea Regional, porque o horário de inverno terminou no dia 29 do mês passado e não foram distribuídos os horários relativamente a este momento, o que só por si é bem revelador do caos que continua a dominar aquela empresa e a sua gestão e, no caso concreto, o actual Governo.

Se eu dizia isto em relação a situações anteriores, tenho que continuar a dizê-lo em relação a este Governo.

É inadmissível, sob o ponto de vista de nós utentes indígenas e também sob o ponto de vista de uma região que quer apostar no turismo, quando é bem conhecido que empresas e sectores que zelam pelo interesse das respectivas regiões e sectores económicos, não se distribuem com alguns meses de antecedência as suas programações.

Ainda ontem tentei obter o horário de verão da companhia regional e ele não existe. Todos os meus colegas deputados saberão isto, porque tal como eu têm necessidade de fazer as suas programações.

As agências de viagem têm elementos pontuais, mas infelizmente isto é insuficiente e algumas delas não enviam os faxes para os seus utentes a não ser que eles vão directamente ao balcão.

É importante saber-se através da voz do Sr. Secretário, porque pelo menos ele já tem as informações.

Mas na minha opinião, o que é politicamente grave, foi o facto do Governo Regional responder a uma pertinente questão levantada pelo Deputado João Greves, com uma postura que tem em conta o Corvo e os corvinos na óptica quantitativa, isto é, refere "à cabeça" que a empresa pública regional faz uma oferta semanal que atinge 10% da população do Corvo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sinceramente, nunca imaginei ouvir isto aqui pela voz de um membro do Governo que subscreve princípios através dos quais diz que as pessoas estão primeiro. Isto é o oposto a esses princípios.

Que aqueles de fora que vêm aos Açores — e isso aconteceu com a TAP no passado — nos entendam e nos considerem sob esse o ponto de vista numérico, julgo que isso já foi ultrapassado pela vontade e interferência de todos nós. Agora, ouvir um Secretário Regional fundamentar uma limitação que atinge os corvinos, e os florentinos em parte, de uma forma que a todos nos choca, ou seja, referir que eles já têm uma oferta que corresponde a 10% da sua população, é o mesmo que referir que São Miguel tem já uma oferta na ordem de 12 mil lugares por semana e a Terceira 6500 lugares por semana, sinceramente, parece-me infeliz.

Eu não quero fazer um drama disto, mas em nome do Partido Popular quero deixar claro que nós não admitimos essa leitura e estou particularmente à vontade em referir isto, porque são conhecidas as minhas perspectivas de racionalidade da administração regional e da vida regional. No entanto, se há excepção e se há ilha nos Açores em que os problemas da sua população não deverão ser tratados a esse nível, é a Ilha do Corvo.

Espero que esse argumento — eu sei que não foi má vontade por parte do Sr. Secretário — seja eliminado da argumentação do Governo Regional e que se cuide de uma vez por todas em resolver o problema dos transportes na Ilha do Corvo, sabendo de antemão que haverá um custo adicional para esta Região em resultado disso.

Nós, que também reivindicamos os custos da insularidade perante o País e a Europa, temos que ter a hombridade de admitir que internamente há custos de insularidade e a Região Autónoma dos Açores e o Governo Regional têm que resolver o problema dos transportes da população do Corvo e das Flores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para complementar aquilo que aqui foi dito, gostaria de lembrar muito rapidamente quais são os compromissos deste Governo os quais não podemos esquecer.

No passado, durante o inverno havia dois voos para o Corvo e três durante o verão.

No que se refere a medidas de política de transportes, no Programa do Governo está escrito: "estimular a racionalização e estruturação da SATA e reforçar a sua acção potenciadora do desenvolvimento regional, nomeadamente aumentando a frequência das ligações ao Grupo Ocidental".

É bom que nos entendamos: o Partido Popular não abdica deste princípio que faz parte, inclusivamente, do Programa que aprovou.

Quem não votou a favor é problema seu, agora nós votámos a favor deste Programa e efectivamente esta foi uma das razões pelas quais nós votámos a favor do mesmo.

Gostaria de lembrar ao Sr. Secretário que há princípios pelos quais a acção governativa se rege e este é um deles.

Quanto ao problema de transporte na sua globalidade e no que se refere aos transportes marítimos, pelo menos na nossa interpretação, só se pode fazer uma liberalização de transportes se as infraestruturas suportarem de uma maneira genérica o máximo de embarcações possíveis e com diferentes capacidades e só isso é que permitirá que ela seja feita.

O problema do custo ou não custo do aumento do porto do Corvo, na minha opinião muito facilmente ele seria resolvido a partir do momento em que, por exemplo, os custos de competitividade com os portos grandes que existem, nomeadamente Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta, não fossem tão agravados pelos custos absurdos pela Junta Autónoma e por uma gestão perfeitamente arcaica, quer do parque de máquinas deles, quer inclusivamente pelo regime de taxas que hoje em dia em alguns portos é mais alto do que aquilo que é cobrado a nível da componente tráfego.

Isto é óbvio, façamos as contas e vamos chegar lá.

No limite, gostaria de dizer que os próprios corvinos — e não é só o Deputado João Greves, como outros corvinos que já falaram connosco — são os primeiros a assumir, contra grandes teorias que haviam no passado em que a liberalização seria penalizadora das pequenas ilhas, que a partir do momento em que tenham aumento do seu porto, estão dispostos a assumir que se faça um regime de liberalização absoluta.

Este é um bom exemplo, caros colegas, de como é que o sistema pode funcionar mais e melhor.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas para pedir dois esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

V. Exa., tal como os restantes deputados do Ocidente, esteve presente na reunião em conjunto com o Sr. Secretário Regional da Economia e a Administração da SATA.

Se me recordo, nessa altura, o Sr. Deputado não questionou o problema das ligações à Terça e à Quinta-Feiras, nem a questão dos 30 minutos da ligação da Terceira a que se referiu há pouco.



Uma vez que teve todo o tempo (a reunião ultrapassou as 2.00 horas da manhã), pergunto-lhe porque é que esta questão não foi posta lá, para ter sido feita uma tentativa de a resolver?

Eu não sei se o Sr. Deputado tem o mesmo horário que eu tenho na minha posse, relativamente ao horário de verão da SATA, mas se assim é, provavelmente viu que a saída do voo à Sexta-Feira, no período de 6 de Junho a 19 de Setembro, das Flores, é às 15.10 e certamente vai realizar-se mais tarde, porque como também sabe, o primeiro voo Ponta Delgada/Flores, passará a escalar a Horta com o atraso que obviamente lhe está inerente.

Relativamente ao voo de 30 de Agosto, gostaria de lhe perguntar se essa marcação que fez era para o Dornier ou já era, como foi comunicado recentemente, para a versão ATP?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que as pessoas estão primeiro e que isto fique bem claro. Daí oferecermos 54 lugares durante o verão. Se formos ver a taxa de ocupação ela é mínima, mas sabemos que o Corvo é uma ilha e não tem outra possibilidade.

Também sabemos, quando falamos em transportes marítimos, que o Corvo importa cerca de 120 toneladas por mês.

O navio que estamos tentando encontrar com a Transinsular, nunca será rentabilizado em termos quantitativos, mas quando estamos a oferecer duas viagens por semana, estamos a oferecer — se formos ver em termos quantitativos — 15 toneladas a um navio que terá capacidade de 40 ou 50 toneladas.

As pessoas estão primeiro e nós reconhecemos isso.

O problema do Corvo não pode ser visto como pode ser visto o porto de Ponta Delgada ou da Praia da Vitória. Ele tem uma dimensão diferente.

Nunca houve vontade de resolver de uma forma clara e definitiva os transportes marítimos do Corvo que são simples, ou seja, **regularidade**.

O Sr. José Augusto vai ao Corvo quanto tem carga e quando lhe apetece.

Nunca houve a coragem de dizer "isto é um serviço público". O transporte de carga das Flores para o Corvo é um serviço público, daí ele ter que ser regular.

Para isso temos que encontrar o barco que tenha capacidade de transportar passageiros, carga e que acabe com o monopólio que existe actualmente e que acarreta custos elevadíssimos para o Corvo e para todo o sistema de transportes.

Nós estamos em conversações com a Transinsular que é a companhia que está interessada no transporte de carga para as Flores e, concomitantemente, para o Corvo.

Estamos à procura de um navio ideal que tenha uma potência bastante grande, porque o mar do Corvo não é manso e a protecção que aquele porto oferece é pequena, mas que tenha uma dimensão adequada para que haja alguma economicidade no sistema.

Apenas alguma economicidade e nunca poderá ser rentabilidade.

Nunca poderemos falar aqui em rentabilidade para o Corvo, mas também não podemos cair em exageros.

Não podemos ir ao Corvo todos os dias.

**Deputado João Greves (PP):** Ninguém pediu isso!

**O Orador:** Nem os corvinos pedem isso.

Nós temos que procurar aqui um meio termo.

Sabemos que as pessoas estão primeiro, mas tem que haver alguma racionalidade do sistema.

Vamo-nos tentar entender para que o problema dos transportes marítimos para o Corvo seja resolvido de uma forma definitiva e clara e que agrade os corvinos.

É apenas isso que estamos tentando fazer.

Quanto ao porto ser aumentado, nós estamos tentando, mas isso custa dinheiro e temos que ver quando é que podemos fazê-lo.

Para já, a solução imediata é ter regularidade nos transportes, ou seja, duas vezes por semana, e acabam-se os problemas que actualmente existem.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar responder rapidamente ao Sr. Deputado Herberto Rosa.

Em primeiro lugar, para mim era fundamental que a Ilha das Flores, tal como a grande maioria das Ilhas dos Açores, tivesse voos todos os dias da semana incluindo o Domingo.

Na minha opinião, este é um ponto fundamental, porque é um serviço público e uma necessidade que está em causa.

Em relação ao voo da Sexta-Feira, V. Exa. diz que não sabe se o seu horário é o mesmo que o meu.

O meu Sr. Deputado, é apenas aquele que uma agência de viagens fez o favor de me entregar, de acordo com aquilo que estava no sistema anteontem, ou seja, na passada Segunda-Feira.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Então já tem o horário!

**O Orador**: Tenho, sim senhor! Eu nunca disse que não o tinha!

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Nas Flores é que parece que não há!

**O Orador**: O horário é actualizado, é o mesmo que está no sistema da agência de viagens, é o mesmo que se encontra na SATA e é o horário que a SATA tem e que o Sr. Secretário também tem para vir a ser aprovado em poucos dias, segundo creio. É o horário efectivo, actual e sob esse aspecto está tudo bem.

No entanto, Sr. Deputado, que as pessoas que durante o verão, concretamente nos meses de Junho, Julho e Agosto vão às Flores possam regressar de tarde, isso é óptimo.

O que eu lamento é que de 4 de Abril a 30 de Maio e a partir de 26 de Setembro, as pessoas só possam entrar e sair das Flores às 10.00 horas da manhã.

É isso que lamento e é contra isso que estou.

Em outras alturas, durante todo o horário de verão, houve a possibilidade de chegarmos às Flores e sairmos de lá do lado da tarde à Sexta-Feira.

Agora estamos pior nesse aspecto.

No que diz respeito à Terça e à Quinta-Feiras Sr. Deputado, V. Exa. estava distraído, porque antes dessa reunião que o Sr. alude, eu, naquela tribuna, levantei este

problema e voltei a levantar não em relação ao horário que agora tenho e que é recente, mas em relação ao horário anterior onde este problema se passava.

Este problema que já se passava no horário de inverno, continua a passar-se no horário de verão.

No horário de inverno a situação era mais complicada, porque apenas havia 20 minutos entre a chegada de um avião e a partida do outro; agora a situação é pior, porque há num caso 30 minutos e noutra caso 50 minutos.

No horário de verão a situação é pior, porque de acordo com o sistema, é necessário haver uma diferença de 60 minutos. Em relação àquilo que aqui está era necessário haver uma correcção, na minha opinião.

Em relação ao problema de Sábado, Sr. Deputado, eu fui claro e disse que no dia em que recebi este ofício do novo horário dos voos e confirmei este voo através do ATP que já se encontrava disponível nas agências, marquei uma reserva de Ponta Delgada para as Flores no SP 530 e fiquei em lista de espera.

Um voo que é criado num dia e no dia seguinte já tem lista de espera, é uma situação lamentável!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto não houver ligação marítima do Corvo com a Horta, nós vamos ficar sempre na mesma situação.

Eu estou de acordo que o Sr. José Augusto vá ao Corvo, mas também é necessária uma ligação Corvo/Horta.

*(Risos do Secretário Regional da Economia)*

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Porque é que o Sr. Deputado não tentou isso o ano passado?!

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Os Srs. é que estão governando agora!

**O Orador:** Se formos ver em 1995, para efectuar o transporte de carga para o Corvo, o Sr. José Augusto recebeu cerca de 30 e tal mil contos, suponho que foram 35 mil contos, mas não tenho bem a certeza.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Isso é uma aldrabice!

É uma exorbitância esse preço!

**O Orador:** Será que a Transmaçor que tem o navio adequado para acostagem no Corvo, se lhe derem essa quantia, ela não irá lá fazer essa viagem regular mensal?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer o Sr. Secretário, que na minha opinião é óptimo a regularidade. Mas essa regularidade poderia efectuar-se já com os barcos que lá existem, enquanto se espera esse "misterioso" barco.

Os corvinos já estão habituados a ouvir falar em tantos "misteriosos" barcos e tantos "misteriosos" transportes, mas eles nunca chegaram lá.

Na minha opinião, a regularidade pode começar já. Porque não?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão e dizer-lhe que concordo consigo.

Julgo que deveríamos chamar o Sherlock Holmes para investigar o que é que se passa com esse voo de 30 de Agosto, porque também acho muito estranho que o voo esteja cheio, neste momento.

Também gostaria de dizer-lhe que no horário de verão, a partir do dia 5 de Junho, à Quinta-Feira haverá um voo em ATP Flores/Horta/Flores.

A partir de 10 de Junho à Terça-Feira também haverá um voo Flores/Horta/Flores...

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Isso então quer dizer que eu só posso viajar em Junho!

**O Orador:** ... e, se me permite, há realmente uma diferença substancial entre nós, porque o Sr. Dr. Paulo Valadão defende a política do "tudo ou nada", talvez para

depois perante o nada vitimizar-se, e da nossa parte preferimos a política dos pequenos passos porque é mais segura.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado do Corvo no que se refere aos transportes marítimos.

Eu hoje estive reunido com o Sr. Comandante Pontes de Carvalho da Transinsular e, segundo o que ele me informou, apenas pagou o ano passado 16 mil contos e não 35 mil, como disse o Sr. Deputado.

Já contactei o Sr. José Augusto.

Como sabe o frete que ele faz, ida e volta, são 120 contos. No contrato regular custa 80 contos.

Se nós multiplicarmos por 52 semanas que tem o ano, andaremos à volta dos 8.600 contos. É à volta disso que estamos envolvidos.

Pelo serviço regular, actualmente ele ganha muito mais com a Transinsular. A Transinsular está interessada em resolver o problema que lhe está a custar dinheiro. Nós também estamos interessados em resolver um problema, ou seja, criar regularidade.

Há interesse de um agente e do Governo e espero que também haja interesse do próprio Corvo para vigiar a regularidade desse transporte.

É fundamental que o próprio Corvo entre nesta sociedade, para garantir que a regularidade se efectua e para que não haja aldrabices, ou seja, dizerem "hoje está mau tempo, não vou", quando não apetece ir.

É fundamental criar, para além daquilo que já existe, um transportador. Por outro lado, as forças vivas do Corvo têm que estar integradas no processo, para poderem não só controlar as contas — saber se há lucro, se não há prejuízos — e se os estão a enganar, verificando se o tempo está mau ou não.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta oportunidade para pedir um esclarecimento.

É evidente que há várias maneiras de resolver o problema da liberalização de transportes. Pode-se fazer liberalização absoluta, pode fazer-se num regime de concessão, como aliás o Sr. Deputado Jaime Medeiros falou, mas há uma coisa que não percebo e que pretendo ver esclarecida.

Porquê a escolha da Transinsular como parceiro para essa conversa privilegiada?

Foram ou não auscultados os Transportes Graciosenses, Transmaçor e outras empresas regionais que, na minha opinião, é óbvio que têm interesse?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário: V. Exa. referiu que a Transinsular pagou 16 mil contos e não os tais 30 mil contos.

O Sr. não está a contabilizar aquilo que foi pago pelo Fundo Regional de Abastecimento no que diz respeito aos combustíveis.

Devo-lhe dizer que uma botija de gaz para chegar ao Corvo, custa mais do que o próprio custo da bilha.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Isso só mostra a ineficácia do sistema. Isto é claro como água.

O sistema do transporte Flores/Corvo, arrasta-se há muitos anos e não houve ninguém com coragem de o resolver.

Espero que este Governo o resolva com eficácia e com regularidade que é o que os corvinos pretendem.

Em relação ao transporte de outras empresas concorrentes, é preciso ver a diminuta quantidade de carga que existe entre as Ilhas de Flores e Corvo que ronda as 100/120 toneladas e tem meses que é menos. É preciso ver isso.

É preciso também saber que do Faial às Flores, não é considerado tráfego local. É preciso ter essa noção.

Nós poderemos ainda estudar a hipótese de abranger o trajecto Faial/Flores-tráfego local, mas isso não depende de nós.

Nós vamos estudar esse processo e por enquanto a única companhia que pode fazer esse transporte e que está lá implantada é a Transinsular. Porquê?

Porque o Sr. José Augusto — e eu não quero negar as suas qualidades, pois ele é um excelente marinheiro, cumpriu e fez muito pelo Corvo — não serve actualmente a regularidade.

É preciso que ele entre no processo, mas é preciso garantir o futuro, porque ele também já tem a sua idade.

Actualmente a Transinsular, o Sr. José Augusto, os corvinos e o Governo Regional, podem regularizar o sistema e criarem um sistema eficiente e é isso que nós pretendemos.

As outras empresas que estão sediadas na Terceira, na Graciosa ou no Faial, não têm essa hipótese, porque precisam de estender o tráfego local até às Flores, o que para já não é possível.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Herberto Rosa:

V. Exa. está fazendo o papel de outros que já por aí estiveram sentados nessa bancada, em relação à Ilha das Flores. Para mim tudo bem.

O Sr. contenta-se com uma migalha e eu efectivamente quero tudo. Quero tudo não para que não seja feito nada, mas para que seja feito tudo.

E é com exigência àqueles que ali estão sentados, que a Ilha das Flores merece aquilo que merecem todas as outras ilhas da Região, que os representantes da Ilha das Flores vão conseguir aquilo que têm direito.

E aquilo que eu considero e quero considerar a ter direito, é ter voos para a Ilha das Flores, como por exemplo a Graciosa e Santa Maria têm, que são ilhas com uma população aproximadamente igual à Ilha das Flores e que geram tráfego sensivelmente semelhante à mesma.

Por isso mesmo continuo a afirmar categoricamente que entendo que é fundamental que aquela ilha tenha voos todos os dias da semana.

Se o Sr. se contenta em sair à Segunda e à Sexta, o problema é seu.



Em relação à Terça e Quinta-Feiras o raciocínio é exactamente o mesmo. Eu pessoalmente, acho mal que nesses dias da semana nós estejamos impossibilitados de poder em determinadas épocas para chegar da Horta às Flores, ter que fazer um trajecto via Terceira. Acho mal, errado e não é aceitável.

Por outro lado, acho que há correcções que a SATA deve fazer e é por isso que aqui estou e chamo a atenção para a necessidade de elas serem feitas.

É nesse sentido que entendo que é fundamental que sejam feitas as correcções em questão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer em primeiro lugar, que esta visita que foi a 1.<sup>a</sup> visita oficial do Governo às Flores e ao Corvo, decorreu de forma muito produtiva, quer para o Governo que contactou com uma grande diversidade de pessoas envolvidas na economia e na sociedade em ambas as ilhas, quer para essas pessoas que compreenderam alguns dos problemas e a razão dos mesmos que ainda subsistem, tendo sido também informadas sobre a perspectiva de desenvolvimento desses problemas que o Governo lhes vai conferir.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado do Corvo eleito pelo PSD que a "policia de política" nos Açores acabou.

O Presidente do Governo reúne com quem quer, aonde quer e às horas que bem entender — que este assunto fique totalmente esclarecido com o Sr. Deputado — desde que respeite as instituições, dialogue no quadro democrático com todas elas e não as substitua por contactos laterais que não tenham a ver com a essencialidade do exercício do poder democrático nos Açores.

Que este assunto fique esclarecido, porque o que ocorreu no Corvo poderá ocorrer em muitas outras ilhas.

Como V. Exa. bem sabe, isso sempre ocorreu com o anterior Governo Regional e com qualquer delegação parlamentar que se desloque a qualquer ilha.

Aquilo que de forma subreptícia o Sr. Deputado do Corvo queria dizer, é que eu, como Presidente do Governo Regional, como Presidente do PS e como cidadão, também reuni com algumas pessoas que são meus camaradas de partido, à noite,

quando os trabalhos acabaram. Tive muito gosto, fá-lo-ei sempre e faço-o sempre que entender.

Julgo que este assunto está completamente esclarecido.

Também gostaria de dizer que, na minha opinião, o Governo Regional deu um bom contributo e acima, porventura, do limite das suas possibilidades para investimentos na Ilha do Corvo.

Penso que fez um grande esforço nesse sentido que terá tradução no planeamento para os próximos 4 anos.

Sair do Corvo com a garantia da beneficiação do aeroporto, com a garantia de co-financiamento na recuperação do caso histórico da Ilha do Corvo, sair de lá com o compromisso de execução da Casa de Matança, da Queijaria, da nova Escola e com uma melhoria já conseguida no domínio do transporte aéreo reconhecida na circunstância pela generalidade dos Srs. Deputados que reuniram e agora com imperfeições que urge corrigir e que serão corrigidas, penso que foi dado um passo significativo na vontade política deste Governo em entender problemas de ilhas mais frágeis e que exigem uma compensação do nosso investimento e das nossas preocupações.

Creio que aquilo que foi feito pelo Governo Regional deve-se naturalmente à influência das forças sociais locais, com relevo para os Srs. Deputados, especialmente para o Sr. Deputado do Partido Popular que colocou essas questões com inteira veemência, mas o que foi feito foi significativo.

Hoje, acredito que não sendo o seu bisavô do tempo do transporte aéreo, quanto ao transporte marítimo, onde quer que Deus o tenha, ele ainda se há-de orgulhar de mim. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta vai ser a última intervenção que vou fazer acerca deste assunto.

No entanto, não posso deixar de dizer ao Sr. Dr. Paulo Valadão que ambos queremos o melhor para as Flores e para os Açores. Eu não tenho dúvidas em relação a si e espero que faça o favor de não duvidar do meu interesse sobre essa matéria.

Porém, também sabemos — eu pelo menos que já fiz o estudo completo do horário da SATA de cima a baixo — a complexidade que é "esticar" para um lado e "destapar" do outro, com os equipamentos que a SATA neste momento tem disponíveis.

Esta é a história da "manta que é pequena".

Portanto, há que haver alguma razoabilidade nestas coisas.

Eu estou satisfeito pela forma como as coisas estão a evoluir, porque há a garantia, pelo menos neste momento por parte do Sr. Secretário da Economia, de que se vai empenhar para que a pista do aeroporto das Flores seja iluminada.

Certamente que quando nós tivermos maiores possibilidades, em termos de operacionalidade da pista durante o dia, poderemos estudar outras alternativas que se calhar, neste momento, só poderiam ser tomadas para as Flores, penalizando São Jorge, Graciosa ou outras ilhas quaisquer.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de trazer aqui um conjunto de esclarecimentos que julgo serem importantes.

Não duvido da vontade política do Governo Regional e do Sr. Presidente, de querer ter uma outra postura e abertura relativamente às ilhas mais pequenas desta Região.

No entanto, gostaria de recordar dois ou três aspectos.

É legítimo o Governo ir às Flores e ao Corvo e demonstrar a sua intenção programática relativamente a essas ilhas.

Todavia, não nos podemos esquecer que, nomeadamente nos aspectos do Plano, essas intervenções que serão feitas serão aquelas que aprovaremos nesta Sala e nesta Casa.

É óbvio e é dentro desse sentido, que é perfeitamente legítimo também que os representantes dessas ilhas possam, por via dos seus canais oficiais e correctos, estabelecer aquilo que consideram politicamente mais prioritário.

Lembro-me perfeitamente da intervenção que o Deputado João Greves fez no início desta Legislatura, onde disse que não queria tudo para o Corvo. Percebi isso muito claramente e ainda hoje está no meu ouvido.

No entanto, ele estabeleceu prioridades e essas prioridades que ele estabeleceu são, hoje em dia, as prioridades para o Corvo por parte do Partido Popular.

Era isto que gostaríamos de deixar claro.

Evidentemente que temos noção que "Roma e Pavia não se fizeram num dia".

As coisas têm que ser feitas dentro das capacidades e dentro das possibilidades, mas era importante que, inclusivamente, não se despertassem grandes expectativas nas pessoas.

Vamos avançar num quadro de colaboração para aquilo que seja possível e para as realizações que se possam fazer, mas no âmbito e de acordo com o interesse dos corvinos e de acordo com a vontade dos seus legítimos representantes.

Era esta a achega que gostaria de dar.

Julgo que vamos todos, nesta Casa, debater muito abertamente estes assuntos e é evidente que nestas situações, não só no Corvo como em muitas outras ilhas, quando se pretendem 10 coisas, só é possível fazer-se 3 ou 4.

Isso faz parte do jogo e das situações, mas de facto é sempre complicado quando se faz uma visita de levantamento de realidades — e isso é compreensível — se façam processos de intenções que também são compreensíveis, desde que sejam interpretados como a vontade do Governo quanto à sua execução, nomeadamente nas componentes que digam directamente respeito ao Plano. Evidentemente que temos que ter cada coisa no seu lugar e a seu tempo e a boa hora o veremos.

Era este o reparo que gostaria de fazer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Cara de polícia é que eu não tenho!

Devo dizer-lhe que o Sr. tem o direito de reunir com quem quiser e lhe apetercer. Só não tem o direito de dar ouvidos àqueles que não têm representatividade no Corvo.

Foram canceladas reuniões com os lavradores inclusivamente, por falta de tempo.

Mas este tempo não faltou para reunir com esses 4 ou 5.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Reunimos sim com eles!

**O Orador:** Por aqui se vê o tipo de diálogo que os Srs. querem. Mas já Jesus Cristo o dizia: "Pai, perdoa-lhes porque eles não sabem o que fazem".

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

O Sr. tem o voo marcado em Ponta Delgada às 9.00 horas. E parte da Horta para as Flores às 11.20 horas. Está em ok.

No dia 29, há 56 lugares vazios e no dia 30, 61 lugares.

O que o Sr. referiu quanto à falta de reservas, resultou de um pedido seu.

O Sr. queria que o voo Ponta Delgada/Flores passasse pela Horta.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Desculpe, não foi isso!

**O Orador:** Sr. Deputado, havia o voo Ponta Delgada/Flores, mas o Sr. pediu, porque era melhor para si que o voo passasse pela Horta.

O Presidente da SATA modificou o sistema e disse que às vezes cria mais confusões, porque por vezes o voo Ponta Delgada/Horta está cheio e as pessoas perdem a ligação para as Flores. Foi isso que aconteceu exactamente no dia 30.

Por isso, ele reprogramou novamente a situação, colocou o grupo que estava para ir no voo Ponta Delgada/Horta noutra e de facto já há lugar para as Flores.

Foi um problema simples que já está resolvido.

No dia 29 há 56 lugares e no dia 30 há 61 lugares.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

V. Exa. confundiu as coisas.

Eu se quiser ir para as Flores no dia 30, vou ter que vir no voo Ponta Delgada/Horta que parte às 9.00 horas da manhã e vou ter que estar uma série de horas aqui na Horta...

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Até às 11.20 horas!

**O Orador:** ... — das 10.00 horas da manhã até às 12.10 — à espera do voo que foi criado de novo.

O problema é este Sr. Secretário.

A SATA, a empresa que o Sr. tutela, criou um voo de novo que introduziu no computador Sexta-Feira.

Eu, na Segunda-Feira, procurei viagem nesse voo que era novo e que faz a rota Ponta Delgada/Flores. E essa empresa não me dá nesse voo um lugar confirmado, mas sim em lista de espera.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Está em ok!

**O Orador:** Eu estou em lista de espera no voo Ponta Delgada/Flores.

Eu se quiser uma alternativa, é que tenho que procurar, porque eu sei procurá-la, mas provavelmente haverá outras pessoas que ficam pura e simplesmente na lista de espera a aguardar confirmação.

Esse voo Ponta Delgada/Flores está em lista de espera. O tal voo 530 que os Srs. criaram de novo na passada Sexta-Feira e que na Segunda-Feira já estava em lista de espera.

O passageiro que procura resolver a sua situação, tem que fazer um percurso mais cedo e tem que esperar na Horta para retomar o voo para as Flores.

Esta é que é a situação verídica, Sr. Secretário.

A realidade é que o voo Ponta Delgada/Flores, o voo 530, está em lista de espera no dia 30 de Agosto.

O voo 530 que sai às 10.00 horas da manhã de Ponta Delgada para as Flores está em lista de espera.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não está. Tem 61 lugares vagos!

**O Orador:** O Sr. pode dizer-me que ele está em lista de espera no percurso até à Horta (Ponta Delgada/Terceira ou Ponta Delgada/Horta).

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** O Sr. é que diz! O Sr. é que insiste!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** A gente vai buscá-lo à cama nesse dia!

**O Orador:** O que eu não compreendo é como é que um voo que é criado num dia, no dia seguinte já está em lista de espera.

Isto é incompreensível.

O Sr. sabe perfeitamente — se não sabe deveria saber — que qualquer turista que hoje está no Continente, nos Estados Unidos, ou noutro lado qualquer e que tem destino à Ilha das Flores, pede o seu percurso normal e o sistema dá-lhe esse percurso, ou seja, Ponta Delgada/Flores.

A grande maioria dos passageiros que não conhece a Região, não sabe que pode vir noutro voo para a Horta e depois seguir para as Flores.

Esta é a realidade.

O grande problema que se coloca é nós procurarmos marcar um voo 2 ou 3 dias depois da sua criação e ele já se encontrar em lista de espera.

Este é o grande problema.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou esconder os problemas da SATA. A SATA tem problemas.

Tem uma frota que não deveria ter e tem um sistema informático que também não deveria ter.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Ah, estamos de acordo!

**O Orador:** Estamos de acordo com isso!

No entanto, garanto-lhe que nós faremos o possível para endireitarmos esses problemas.

Outra frota vai ser difícil.

**Presidente:** Não tenho mais inscrições na Mesa. O Sr. Deputado Paulo Valadão está em "lista de espera" desde ontem para intervir na tribuna, não sei se pretende fazer mais alguma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, eu pretendo prestar mais um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o assunto ficou perfeitamente esclarecido.

Eu estou de acordo com a última intervenção do Sr. Secretário. São situações que foram criadas, mas na minha opinião têm que ser resolvidas. Por outro lado, quando o Sr. Presidente do Governo aceita as imperfeições e aceita que elas serão corrigidas, tudo bem. Agradeço essa boa vontade.

Isto para mim teria sido suficiente em relação a toda esta matéria, porque aqui o que é necessário não é irmos por defeito como procura ir o Sr. Deputado Herberto Rosa, mas sim procurarmos resolver as situações.

Julgo que deste modo elas serão resolvidas.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É absolutamente indispensável que a esta tribuna, onde são tratados os problemas regionais, sejam trazidas algumas questões essenciais, colocadas na óptica do cidadão comum, do cidadão que trabalha, que vive e que sente os efeitos negativos das políticas que não são pensadas para ele e que não são executadas para melhorar a sua qualidade de vida.

Os problemas do emprego e das relações de trabalho, os problemas resultantes das carências de rendimento e os problemas ligados à execução das políticas e do relacionamento da administração com os cidadãos nessa execução, são todos eles problemas muito grandes, muito sérios e muito profundos para que sejam esquecidos, postos na margem das nossas consciências ou simplesmente ignorados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não podemos nem queremos ignorar que os trabalhadores são constantemente ameaçados com o espectro do desemprego. O desemprego continua a crescer, como todos sabemos.

Ao último número oficial de desempregados que foi divulgado e que era de 10.514, há a somar não só os casos isolados que todos os dias se dão, como os pelo menos 151 trabalhadores do grupo COFACO, que sob a capa de rescisão por "mútuo acordo", se traduziu, de facto, num despedimento colectivo de grandes proporções



para o nosso meio. Aliás, esta questão que se prende com o Grupo COFACO merece, obrigatoriamente, a nossa atenção.

A empresa COFACO e outras suas associadas estão instaladas na Região há várias dezenas de anos, são, em terra e no mar, um empregador directo de grandes dimensões e realizam actividades que indirectamente geram muitos outros postos de trabalho. O Grupo COFACO contribui decisivamente para a determinação do volume de exportações.

Tudo isto é verdade, mas também é verdade que toda a actividade da COFACO, nas suas vertentes industrial, da frota, da pesca e dos serviços, beneficiou sempre de todos os apoios financeiros previstos na lei e de muitos apoios directos determinados pelo poder político-administrativo. Foram certamente vários os milhões de contos do orçamento regional dos Açores que ao longo dos anos, e a vários títulos, foram utilizados como meios de financiamento da COFACO.

Segundo tem vindo a público e se reflecte em vários indicadores (nomeadamente na bolsa) a COFACO está a passar por uma crise financeira, porventura grave.

A Região Autónoma dos Açores não pode alhear-se deste problema, na nossa opinião por três razões fundamentais:

- a) Estão em causa largas centenas de postos de trabalho.
- b) Estarão comprometidos avultados meios financeiros regionais que foram utilizados como incentivo.
- c) Está em jogo a estabilidade global da economia regional.

Segundo informações confirmadas, o Grupo COFACO está a procurar encontrar um caminho que leve à sua recuperação financeira e consideramos importante que tais soluções sejam, com o apoio de entidades nacionais, devida e urgentemente encontradas.

Vários alertas no entanto devem ser feitos: não é aceitável que a reestruturação seja feita através da diminuição de postos de trabalho ou através da precarização da relação de trabalho; não é aceitável que meios de produção modernos, como são várias traineiras das mais recentes, sejam desligadas da frota local e passem a ser utilizadas, como estão a ser, em águas e actividades económicas do Brasil. A diminuição do nível de capturas que daí resulta, atendendo ao grande aumento da

capacidade industrial instalada, com a construção da fábrica de Rabo de Peixe, não será nunca o caminho do equilíbrio.

Para o PCP/Açores os programas nacionais de recuperação de empresas devem ter aplicabilidade no caso da COFACO, e tal recuperação só faz sentido se tiver como um dos seus objectivos centrais a manutenção dos postos de trabalho, o crescimento dos níveis de captura, a laboração plena das unidades industriais.

O investimento público regional realizado ao longo dos anos no grupo privado COFACO não pode ser deitado ao mar.

Pensamos que o Governo Regional tem uma palavra a dizer sobre esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os baixos níveis de rendimento que afectam largas faixas da nossa população continuam e continuarão a criar o rasto e o sulco da pobreza e dos fenómenos de marginalidade que daí resultam.

Só uma inversão de atitude política que abandone a mistificação dos problemas poderá permitir que novos caminhos se abram no combate e erradicação da pobreza.

Por muito que se queira fingir não se pode afirmar que os níveis salariais médios na Região são semelhantes ou próximos da média nacional.

No que respeita a trabalhadores por conta de outrém, a média dos salários regionais é seguramente inferior em 10%, havendo sectores como a construção civil e a hotelaria, em que esse desvio para menos ronda os 20%.

A quebra de rendimento dos produtores do sector primário é, nos últimos anos, também uma realidade bem viva.

Serão necessárias novas políticas, certamente de expansão económica, certamente de diminuição de custos financeiros das empresas, mas também necessariamente de redistribuição de rendimento, se quisermos atacar o problema gravíssimo de empobrecimento que hoje está presente na nossa sociedade.

O PMP, a lei de finanças regionais, a política fiscal, serão elementos definidores do quadro de funcionamento da economia, mas sem a introdução de medidas de rectificação que beneficiem quem trabalha, como por exemplo a atribuição como referência, de um valor de acréscimo na Região ao Salário Mínimo Nacional e a

reposição da Remuneração Complementar, não se chegará lá, correndo-se o risco das "novas" políticas terem apenas os mesmos destinatários das anteriores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Temas políticos há, que nesta fase de transição que está muito perto de acabar, apenas agora começam a ser motivo de debate. É natural que assim seja.

No entanto, questões há que não podem ser silenciadas, sob pena, de tal silêncio ter que ser lido como cumplicidade.

Muitas chefias intermédias da administração foram ou estão a ser mudadas, mas infelizmente, muitos estilos anquilosados e autoritários permanecem.

No relacionamento da Administração com os cidadãos não é aceitável que haja quem continue a assumir a postura de estar a fazer um favor quando, apenas, está a trabalhar para satisfazer direitos legalmente atribuídos; não é aceitável por exemplo, que uma chefia recuse, nos termos da lei, a atribuição de tarefas adequadas a um trabalhador não incapacitado, mas limitado por grave doença e que essa mesma chefia pressione o trabalhador para se exonerar; não é aceitável que uma outra chefia de um serviço público dê indicações precisas a um cidadão para a preparação de um processo de recuperação de habitação e que, depois de tudo isso feito, esse mesmo responsável pura e simplesmente, sem justificação, vire as costas ao assunto.

Deliberadamente não mencionamos nem os locais nem os serviços onde estas situações se passam porque não se trata, neste momento e neste local, de resolver esses casos concretos. Quisemos referi-los porque é essencial que a Assembleia Legislativa Regional saiba que estes métodos continuam a fazer escola, apesar das mudanças.

Cabe ao Governo olhar, ver, perguntar e actuar.

Se não o fizer é porque o não quer, e se o não quer é porque quer manter muitas situações não aceitáveis.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para uma intervenção.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A nossa vivência de ilhéus criou-nos uma mentalidade muito própria, muito nossa, que se deve reflectir positivamente na educação que devemos pugnar por transmitir à nossa descendência, para que os nossos filhos continuem prosseguindo e trilhando os mesmos percursos de honradez e de amor à terra, abraçando os valores que nos legaram os nossos maiores, onde avultam a nobreza da partilha solidária e da vivência comunitária.

É legítimo. É uma esperança. Deveremos acreditar nessa certeza.

No entanto, não nos devemos manter estáticos. O Mundo evolui a cada momento.

A Cultura que ontem nos foi transmitida, hoje poderá não ser, nem é com certeza, compatível, com os graus de vivência cultural que hoje são proporcionados à nossa Juventude e que esta tão rapidamente assimila, através das mais diversas formas de comunicação e é legítimo e mesmo salutar que tenha a expectativa de vê-los projectados para a sua vida futura.

E assim continuará sendo numa sucessão contínua e dinâmica de geração em geração. É esta a realidade que não deverá ser encarada como um drama ou um qualquer conflito de gerações, mas sim numa postura positiva e potenciadora de novos aprofundamentos valorativos da sociedade de amanhã, consubstanciados numa salutar evolução da humanidade, através das manifestações culturais protagonizadas pelas novas gerações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É-nos grato, por esses motivos e não só, trazer a esta tribuna o eco de algumas realizações culturais que, embora noticiadas na comunicação social em espaços limitados das crónicas diárias, quantas vezes não lhe é dada a devida dimensão, se atendermos às pessoas e às Comunidades Locais que as promoveram.

No fim de Novembro, a Escola Básica 2º e 3º Ciclos e Secundária de São Roque do Pico, sob a dinâmica orientação do Professor de Humanísticas e de todo o seu Conselho Directivo, promove o lançamento do livro "O Homem suspenso", do apreciado e premiado escritor açoriano João de Melo, sessão essa que teve a virtude de levar a Comunidade à Escola e assim, pais e encarregados de educação, puderam apreciar e rever-se nos seus jovens filhos e educandos, através da actuação dos agrupamentos musicais dos mais diferentes escalões etários.

A apresentação do autor esteve a cargo do ilustre picaroto, Urbano Bettencourt, que é já um consagrado vulto das letras açorianas.

Foi uma noite que marcou de forma indelével o nosso tão carenciado panorama cultural picaroto, numa simbiose bem conseguida, temperada de temas de cultura erudita e de cultura popular que agradou a todos os presentes e dignificou a entidade - Escola que a organizou.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na semana de 3 a 7 de Março, foi a vez da Escola Básica 2º e 3º ciclos e Secundária das Lajes do Pico promover outro óptimo evento cultural, investindo muito e bem na organização das suas 1ª.s Jornadas Interdisciplinares, que contaram com a colaboração de várias entidades, mas sobremaneira, ao que nos foi dado saber, com o empenho dos empresários locais.

Foi uma semana integralmente preenchida com os mais diversos temas, dos quais destacamos, por opção pessoal, os seguintes: "Vulcanismo nos Açores", "O povoamento da ilha do Pico - gestão e espaços", "A fauna costeira das Lajes", "os Açores e a Carreira da Índia" e "Educação pelo ritmo".

A juventude encheu completamente a sala de conferências e participou interessada e entusiasticamente em todas as sessões realizadas.

Queremos no entanto realçar que, em nossa opinião, houve dois temas que despertaram sobremaneira a curiosidade e o interesse dos jovens participantes e comunidade em geral: o tema apresentado e desenvolvido por Victor Hugo Forjaz - "Vulcanismo dos Açores" e o tema abordado pelo Prof. Frias Martins - "A fauna costeira das Lajes do Pico e a sua preservação" *versus* construção da **protecção da orla marítima desta Vila do sul do Pico**, obra há muito pretendida e ansiada pelos Lajenses, marcaram-me.

Tratou-se assim de mais uma organização inovadora e de grande importância para a comunidade das Lajes e da Ilha que, com certeza, motivará a nossa Juventude para o aprofundar destas questões do ambiente, encarando também com naturalidade os fenómenos vulcano-sísmicos e desenvolvendo, por outro lado, o gosto pela descoberta dos porquês de velhas questões da humanidade como o "vulcanismo".

Nesta semana será a vez da Escola Secundária da Madalena promover outra acção cultural, trazendo ao Pico o **poeta Manuel Alegre**. O êxito está assegurado pela versatilidade cultural do conferencista. Assim também aconteça com a participação mobilizadora da comunidade.

A juntar a tudo isto, gostosamente adiantamos a possível próxima deslocação que o Grupo Coral das Lajes do Pico, sob a dinâmica e superior orientação musical do Maestro Sr. Emílio Porto, efectuará ao Canadá a convite da Casa dos Açores de Toronto, para actuar junto da comunidade emigrante açoriana e que à partida deverá contar, entre muitos outros, com o apoio do actual Governo dos Açores através do seu Departamento de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.

A ilha do Pico demonstra assim uma nova vitalidade cultural própria, nomeadamente através das suas Escolas onde se ministra o ensino secundário que tem mostrado ultimamente um novo dinamismo que, esperamos, seja multiplicador de novas actividades, que venham a contar sempre com a necessária e indispensável envolvimento das comunidades onde se inserem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Pico recebeu nos últimos dias um acontecimento deveras importante na vida política da nossa Região: o **XIX Encontro de Presidentes de Câmara e Assembleias Municipais**, que mais uma vez teve o patrocínio e organização da DROAP - Direcção Regional de Organização e Administração Pública.

Os temas tratados e a participação entusiasmada e algumas vezes polémica dos autarcas e dos palestrantes, proporcionaram debates e troca de impressões que, algumas delas, assimiladas e reflectidas por este novo Governo, muito contribuirão para a melhoria do desempenho das Autarquias, nas áreas que já são da sua competência e daquelas outras que, num futuro próximo, lhes serão também atribuídas, em consequência dum diálogo sério e de respeito mútuo: Governo - Autarquias e após o necessário debate e aprovação neste Parlamento do novo diploma legal, que proporcione um novo quadro legislativo, regulador duma nova tipologia de investimentos municipais, na nossa Região acompanhada da indispensável transferência de fundos, revitalizando-se e concluindo-se assim, o trabalho que há já dois longos anos, foi iniciado sobre esta matéria.

É pois, tempo de mudança não só nas mentalidades, mas também no assumir de novas responsabilidades pelas autarquias municipais dos Açores.

Estamos certos de que as autarquias saberão estar à altura destes novos desafios, que lhes serão cometidos.

Será uma mudança política salutar...

Ganhará o Municipalismo.

Ganhará a Autonomia dos Açores.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há alguns meses atrás, normalmente teria que responder às invectivas oposicionistas do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Hoje, não quero que estranhem os meus colegas deputados, por vir congratular-me com a sua intervenção.

Congratular-me pelo facto de um Deputado da Ilha do Pico vir aqui dizer das excelências de uma actividade escolar que promove a cultura, o cultivar nas novas gerações dos nossos valores, que traz a esta Região os nossos escritores.

Sr. Deputado, o valimento da sua intervenção e daquilo que ela nos traz como ideia que se cultiva nas escolas, de alargar o âmbito de visão dos problemas do mundo e das coisas às gerações mais novas, levam-me a solicitar e a pedir que a fotocopie e a mande ao Sr. Director Regional da Cultura.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com certeza que na intervenção do Sr. ex-Presidente do Governo e actual Sr. Deputado Madruga da Costa, há duas situações em que a boa educação manda na primeira agradecer os elogios...

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Foi feita com seriedade!

**O Orador:** ... que julgo serem sinceros.

Quanto à segunda, não me pronuncio porque percebo a ironia e só quem anda afastado das questões políticas desta Região é que não a perceberia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nos dias 23, 24 e 25 de Janeiro passado, a Câmara Municipal de Velas, em S. Jorge, levou a cabo uma manifestação de informação, divulgação e discussão denominada II Encontro sobre Desenvolvimento Concelhio Velas-Caminhos para o Século XXI.

Neste encontro, foram discutidos assuntos de interesse relevante para a economia e desenvolvimento de S. Jorge.

No caso dos transportes, é de salientar a esperança por parte dos agentes económicos e população em geral, da reedição no próximo verão do projecto denominado Tri-Jet, ou de outro qualquer que o venha substituir, mas que ponha diariamente em contacto, como no Verão passado, S. Jorge, Pico e Faial.

Que o Tri-Jet foi um sucesso parece não restarem dúvidas a ninguém, a não ser a alguém mal intencionado que sempre os há, ou aqueles que por uma razão ou outra parece não quererem o desenvolvimento destas 3 ilhas.

Por isso, este projecto necessita não só de ser acarinhado, como sobretudo apoiado e dinamizado. As gentes do Triângulo exigem-no, na defesa dos seus interesses e tudo o que for contra estes, é sem dúvida, contra as populações que vivem nestas três ilhas.

Foi assim que o compreendeu a Associação de Municípios do Triângulo e o Governo Regional em 1996. Por isso, não há razão para que similar operação não seja repetida em 1997, 1998, etc... até se conseguir que apareçam empresas regionais, que prestem este serviço.



E não nos venham dizer que a operação Tri-Jet foi cara e foi um buraco no Orçamento Regional, porque as cerca de 3 dezenas de milhares de contos de prejuízo facturados no fim do projecto, foram sem dúvida pouco se tivermos em conta, que este barco transportou cerca de 30.000 passageiros, que este barco divulgou durante 120 dias o triângulo, que este barco serviu 6 dos 19 Concelhos da Região, que este barco serviu diariamente 450 pessoas.

Qualquer peça, sobre divulgação turística do triângulo, minimamente capaz e feita através da Rádio-Televisão, se calhar não custava só isso, e não sei se o impacto que teria seria superior.

Por outro lado, a nível dos transportes aéreos, mais uma vez ficou demonstrado, que estes são um estrangulamento para o desenvolvimento de ilhas como S. Jorge, quer no sector da carga, quer no sector de passageiros. Pois diga-se a verdade, esta carga, embora depois de colocada a bordo, não tenha nenhuns custos em atendimento, acaba por ficar mais cara por Kg/volume, comparativamente ao Kg/volume do passageiro, que viaja em executivo.

Com situações destas, como é que uma Ilha como S. Jorge, se pode desenvolver?

Como é que podemos exportar produtos refrigerados como o peixe, quando este ou tem que ser vendido em lota, a um preço irrisório pelo pescador, para que no fim do circuito, o consumidor o possa comprar ainda a preços acessíveis, ou então tem necessariamente de ser vendido ao consumidor, a preços exorbitantes, só possível de aquisição, por algumas carteiras bem recheadas.

Quer num caso quer no outro, a estagnação é certa.

O pescador, tem de vender o peixe a preço compensador, de modo a poder-se sustentar a si e à sua família e educar os seus filhos, como qualquer elemento de outra classe social.

O consumidor não pode também de modo nenhum estar a consumir um produto altamente majorado pelo transporte. A gestão aérea dos transportes, tem de colmatar as suas deficiências, racionalizando os seus serviços, ter apenas nos seus quadros centenas de trabalhadores ocupados, em vez dos milhares de desocupados. Os Governos quer Regional quer Central, têm a estrita obrigação de proteger todos os cidadãos perante uns poucos e não uns poucos perante todos.

Por outro lado, o sector da pesca em S. Jorge, foi também um dos temas em debate e dos mais participados, pelos profissionais da mesma actividade, os pescadores. Sendo de salientar, a formação profissional, a organização da classe, o tema pesca nos Açores e que apoios. Este último tema, diga-se em abono da verdade, que embora sendo da maior importância para os pescadores de S. Jorge, estes infelizmente, não puderam ver de modo nenhum, acerca do mesmo a sua curiosidade satisfeita.

Comecemos pelos números: cerca de 50 pescadores, numa sala que representam 50 famílias, não mereceram por parte da Direcção Regional das Pescas, alguém a ilucidá-los sobre tal tema de importância fundamental para estes profissionais.

É caso para dizer, que a Secretaria da tutela deste sector, e a sua Direcção Regional de Pescas, estão a começar bem.

Neste evento, mostraram sem dúvida, o interesse que tem pela classe. E aqui neste particular, fica-nos a seguinte dúvida:

Será que os pescadores de S. Jorge não merecem ser tratados por parte da Secretaria da tutela, como devem e merecem?

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Dignificação dos pescadores!

**O Orador:** Será que para a Secretaria da tutela existem na Região "pescadores de primeira" e "pescadores de segunda" ?

Será que a Secretaria da tutela tem algo contra os pescadores de S. Jorge?

Não acreditamos nem queremos acreditar.

Mas acreditamos que é muito mais fácil falar no diálogo, na solidariedade, na transparência aqui nos bancos da Assembleia, quando somos oposição, que praticar tais actos quando somos Governo. Isto é muito mais fácil parecê-lo do que sê-lo.

Só que uma coisa é certa, quer queiramos quer não, os jorgenses, não pactuam com discriminações, e nós como jorgenses e seus representantes também não. Por isso estaremos aqui nesta Câmara, sempre dispostos a denunciar tais actos, cumprindo assim com o nosso dever, como esperamos que a comunicação social também cumpra com o seu e divulgue condignamente as habilidades que este Governo, praticamente antes de começar já vai fazendo por aí.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Turismo, foi como não podia deixar de ser, outro sector que mereceu a atenção deste encontro. Aqui foi sem dúvida demonstrado que S. Jorge, é uma Ilha com grandes potencialidades para este sector, desde o turismo rural e ambiental até ao turismo especializado de caça e pesca.

No entanto, que futuro para o turismo em S. Jorge ?

Esta é sem dúvida, uma interrogação que se impõe, porque para fazer turismo, numa ilha como S. Jorge, a primeira questão que se coloca é a de que transportes temos que permitam a regularidade de e para esta Ilha.

Que estruturas hoteleiras ou de lazer e apoio temos tais como Golf, Marina ou Porto de Abrigo, para iates e embarcações de recreio?

Estas são sem dúvida questões fundamentais às quais urge, num futuro muito próximo, dar as devidas respostas. Sem elas S. Jorge tem o seu futuro e o dos seus filhos comprometido. Porque a "vaca" não estica sempre e as áreas de superfície agrícola útil (SAU) onde se podem fazer culturas diversificadas, também não. Embora neste último caso, como ficou demonstrado no citado encontro da Câmara Municipal de Velas, se possa ir a este sector buscar uma importante mais valia, no campo da hortofrutifloricultura, algumas tropicais, folhagens, ramagens e flores secas.

No entanto, não podemos de modo nenhum ver este sector, como a tal "galinha dos ovos de ouro", que tudo vai resolver, embora sejamos daqueles que acreditam sim que a mais valia que este sector nos pode trazer deve ser sem dúvida aproveitada. Pois, como diz o provérbio, "no aproveitar é que vai o ganho".

Daqui a razão de acharmos que uma coisa não invalida a outra, isto é, os outros sectores e os empreendimentos que já aqui mencionámos deverão não só ser tomados em conta como realizados, o mais rapidamente possível, se queremos que S. Jorge, acompanhe o ritmo de desenvolvimento da Região.

No entanto, acerca do desenvolvimento para S. Jorge, a dúvida mantem-se, é que das duas visitas feitas a esta ilha, por membros do Governo, nomeadamente o Senhor Secretário da Educação e Assuntos Sociais, e o Senhor Secretário da Habitação e Equipamentos, nada vimos que nos pudesse perspectivar tal desenvolvimento. Viu-se o que estava feito, apreciou-se o que se estava a fazer, avançou-se com uma ou outra

miudeza de execução caseira, mas !... e nestas coisas há sempre um **mas!**... acerca dos empreendimentos fundamentais, que é necessário levar a cabo em S. Jorge. Só que eles entraram mudos e saíram calados.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não é o que diz o "Correio de S. Jorge"

**O Orador:** Os jorgenses esperam que agora no próximo Plano a Médio Prazo, lá apareça um luzinha no fundo do túnel. "A ver vamos", como dizia o ceguinho!... Só que este ceguinho quer ver mesmo.

Porque nós não nos ficamos pelo milagroso ressurgimento das trevas, do Senhor Deputado António Gomes do Partido Socialista.

Que sua Excelência estava nas trevas, nós sinceramente acreditamos...

Que tenha saído das trevas, porquê não acreditarmos também...

Agora como teve tanto tempo na escuridão, está míope, ou seja, ainda anda a ver muito pouco, não se habituou à luz, santa paciência!...

E está a ver tão pouco, que de um momento para outro, nos surge montado no seu alazão, qual pregoeiro de bando, anunciando as loas da festa.

Só que sua Excelência, se esquece é que em S. Jorge, nos nossos bandos do Espírito Santo, o pregoeiro vai à frente, logo atrás os carros enfeitados com os tremoços e vinhos, e atrás destes os tocadores e cantadores. Porque se não se esquecesse que assim era, não se tinha distanciado tanto dos carros, tocadores e cantadores e agora sozinho, e desafinadamente, ficou lá na frente a apregoar o seu bando.

Mas Senhor Deputado tenha cuidado, é que enquanto está muito provável e euforicamente, a apregoar no tom da Saudade, os outros acompanhantes do bando já estão a tocar a Tirana.

*(Risos da bancada do PSD)*

Mas enfim, cada um escolhe e se ajuda à Cruz que pode, V. Ex<sup>a</sup>. Senhor Deputado, escolheu e muito bem uma de Pau Santo, é pesadinha, paciência!... eu como mais velhote, escolhi uma de Cedro da Terra, e para bem da nossa terra, vou ver se chego com ela ao altar. Também sei que qualquer dia, se lhe apresenta um camarada, para

lhe levar a cruz, e aí talvez o senhor tenha razão, e siga o dito do povo da nossa terra, que em casos tais, costuma dizer "Carregue-se-lhe que ele têm bom lombo".

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Informo o Grupo Parlamentar do PSD que esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Manuel Brasil que "dança sempre ao toque da música".

Foi nesta Sala que em tempos o Sr. Deputado dizia que eu estava a defender os meus compadres, quando defendia o melhoramento de uma estrutura portuária ao nível das pescas, ou seja, o porto do Norte Grande.

Relativamente às visitas dos Srs. Secretários Regionais a São Jorge, o Sr. sabe muito bem que elas foram proveitosas e inclusivamente julgo que já tem conhecimento de alguns elementos do Plano.

No Plano a Médio Prazo estarão devidamente mencionados, os investimentos para São Jorge que são resultado da visita dos membros do Governo.

Infelizmente as pretensões dos jorgenses foram sempre mal entendidas e mal percebidas pelos anteriores Governos Regionais.

Obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Pinto.

**Deputado Norberto Pinto (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao usar da palavra pela primeira vez nesta Assembleia procuro reflectir o viver nos Açores e o viver os Açores.

Viver os Açores é o de Santa Maria ao Corvo, e, não devemos e até talvez não seja incorrecto dizer-se: **não podemos**, assumir uma postura dúbia, como muitas vezes aconteceu, de **descentralização centralizadora**.

Vem isto a propósito de muitas das vivências da autonomia que temos, que tem tido uma postura de periferia reivindicativa da descentralização do poder de decisão e dos meios necessários à sua execução, mas logo se tornou centralizadora ao nível interno. Pensar e viver os Açores tem de ser necessariamente de forma longitudinal ligando as nove ilhas que somos, bem como o mar, que se nos une enquanto Açorianos, nos separa enquanto cidadãos desta nossa Região.

A separação das ilhas tem inevitavelmente custos, muitas vezes **elevados custos**. No entanto, a unidade dos açorianos é um valor demasiado importante para que esses custos e/ou uma visão economicista da autonomia seja entrave ao desenvolvimento de alguns, agravando as desigualdades internas.

Há que assumir claramente, que se viver nos Açores, analisados no seu conjunto, tem custos acrescidos, não é menos verdade que viver em ilhas e/ou comunidades mais pequenas, é ainda mais dispendioso.

A título de exemplo e apenas isso, vejamos os custos das telecomunicações, pois que a concentração de serviços em algumas ilhas, leva a que os utilizadores desses serviços das outras ilhas, vejam assim as suas já precárias economias ainda mais penalizadas.

Mas se deixarmos as "tele" para alargarmos a reflexão às comunicações a situação manter-se-á. Basta pensarmos na política de transportes marítimos existente, se é que existe uma política de transportes marítimos nos Açores.

A nossa dúvida quanto à existência duma política de transportes, prende-se com o facto de que a existir uma política de transportes para e na RAA (repito para e na RAA), ela deveria servir para combater as desigualdades que já existem e que advêm da nossa realidade insular.

Ao contrário a pseudo-política de transportes que se veio afirmando nos últimos anos serviu não direi apenas, mas direi sobretudo, para manter e até nalguns casos agravar o que a natureza tinha feito, isto é, criar dificuldades a uns e beneficiar outros.

Como diria um ancião da minha terra "para matar, temos a morte, não são necessárias guerras", eu digo para dividir tínhamos a natureza não necessitávamos de um Governo.

É, pois, urgente fazer uma política de transportes digna desse nome. Mas ser urgente, tal como nas situações de saúde, nem sempre é sinónimo de fazer à pressa. Faça-se sobretudo bem feito.

Neste caso, fazer bem feito é antes de mais acautelar a vida daqueles para quem as leis do mercado nem sempre são justas, mesmo quando são tecnicamente correctas.

Não podemos, no entanto, em nome desta cautela, criar e/ou manter organismos do tipo "Saco Azul", onde dificilmente se percebe **quem paga e o que paga, mas sobretudo dificilmente se percebe a quem se paga.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se os transportes marítimos são importantes numa região como a nossa, os transportes aéreos não o são menos; razão pela qual a SATA deve ser entendida como uma empresa que serve os Açorianos e não como uma empresa que nos transporta das ilhas mais pequenas, para resolvermos noutra ilha os problemas que não podemos resolver na nossa.

Mas não podemos falar da SATA, empresa que alguns querem ver privatizada, só não sabemos se também querem comprar os prejuízos, sem falarmos destes prejuízos. E a propósito de prejuízos, talvez alguém nesta Câmara nos saiba dizer quanto custou, até ao momento, o programa informático adquirido e desenvolvido para a SATA (vulgo famigerado AMSYS), bem como quanto vai ainda custar, e ainda se a SATA detém a propriedade do referido programa, dado que é ela que está a pagar o seu desenvolvimento.

As ligações aéreas que aqui já foram tão faladas e muitas vezes feitas em ATP com inúmeras paragens entre dois pontos de ligação levando a que a população utilizadora do serviço tenha rapidamente apelidado de urbanas os referidos aviões.

Isto deixa clara a pouca utilidade destes aviões para a população dos Açores.

É caso para perguntarmos afinal a quem serviu a aquisição destes aviões.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS e Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

**Deputado João Carlos Macedo (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Quase sem que ninguém desse por isso, passou, há poucas semanas, o 4.º aniversário da morte da escritora Natália Correia, nascida numa destas ilhas dos Açores, que, em vida, como cidadã e como escritora, sempre muito prezou e enalteceu contrariamente ao que pretendem alguns detractores seus, certamente mais preocupados com aspectos menores e marginais da sua biografia, do que com o indiscutível valor da sua obra literária e com a dimensão humana que foi capaz de atingir como grande mulher deste país que é Portugal.

Não venho aqui para fazer a apreciação crítica do seu valor como escritora, nem sequer à descoberta do seu percurso cívico, em épocas distintas em que a coragem não era apanágio de todos, fossem quais fossem os ventos que soprassem, levantando no ar a branca areia da bela praia lusitana.

Como bem escreveu Manuel Alegre: "Ela era a Feiticeira Cotovia, desafiava os homens e os deuses, punha em causa a ordem e a moral estabelecidas, contestava as certezas e os dogmas, combatia todas as inquisições e **todas as** tiranias.

"Ela era a que trazia dentro de si todas as utopias e a que sabia que "ser navegador/não é termos sido, é sermos ainda"."

Belos foram os discursos que aqui se proferiram, em justa homenagem à sua memória, pouco tempo passado sobre a data em que, numa anónima madrugada de Março, entrou, sem "carimbo de passaportes, "além do sol, além do Sete-Estrela".

Poderia ter sido essa homenagem parlamentar o prelúdio da sua aceitação e do seu regresso simbólico aos preciosos lugares da infância insular, como ela tanto queria e de que eu próprio posso dar testemunho seguro.

Natália desejava, e assim me disse pessoalmente, que a casa onde nasceu, na Fajã de Baixo, fosse transformada num pequeno centro cultural, com o nome de sua mãe e onde ficasse a bom recato, mas à disposição de todos, a sua imensa biblioteca, de cujo valor intrínseco parece ninguém ter-se dado conta.



É um problema antigo e, fazendo minhas as palavras ditas, a outro propósito, por José Saramago, "já cansa falar disto, já todos começamos a sentir-nos um pouco ridículos por insistirmos em tão inúteis esforços".

Reclamar um centro cultural para uma freguesia com cerca de 4.000 habitantes, situada a escassas centenas de metros de instalações universitárias e de uma importante escola secundária, não é uma aspiração megalómana, principalmente quando se sabe que essa freguesia foi berço de notabilíssimas figuras da cultura, da ciência e da política em Portugal e que, apesar da ameaça de ser engolida pela cidade próxima, pode e deve ainda continuar desempenhando um papel de vitalidade e iniciativa, em vez de se condenar a simples dormitório suburbano, sem vida própria.

Desejar a urgente transferência da vasta e rica biblioteca de Natália Correia para a Região — e, muito concretamente, para a terra onde nasceu — é recusar que a mesma acabe, na melhor das hipóteses, depositada na Biblioteca Nacional ou na Biblioteca Municipal de Lisboa ou, até, num cenário possível, em qualquer instituição estrangeira que, nestas coisas da cultura, tenha mais zelo, consideração e sentido da realidade do que costumam ter os portugueses como nós.

Não sendo esta uma Assembleia Municipal, peço desculpa a Vossas Excelências por aqui vir falar a nível de freguesia: faço-o pela importância do assunto, mas considero, de facto, que assim me exercita uma das virtualidades e coisas boas deste Parlamento, a de poder descer ao microcosmo em que vivem as nossas populações, sem perder de vista a ampla perspectiva geral, razão e futuro das instituições democráticas que têm a seu cargo o bom governo da Região.

Como perder batalhas, mesmo que sucessivas, não será propriamente perder a guerra, não deixarei de me fazer ouvir, neste ou noutra qualquer lugar, para a defesa de uma medida justa, razoável e proveitosa, como, a todos os títulos, é esta de que hoje faço tema de intervenção parlamentar.

Ao Governo Regional dos Açores, que, à míngua de recursos, terá, naturalmente, que optar pelo essencial, deixo, à guisa de recomendação amigável um dos títulos de Natália Correia: "Não Percas a Rosa".

Porque "ser navegador/não é termos sido, é sermos ainda".

Disse.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS, Governo e dos Srs. Deputados do PSD, Madruga da Costa, João Cunha, Sidónio Bettencourt e Ana Carolina)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas e de forma muito breve para proceder ao elogio da intervenção do Sr. Deputado João Carlos Macedo, à expressão da concordância do Governo pelas suas preocupações e não sendo uma assembleia municipal — à expressão da concordância do Presidente da Assembleia de freguesia da Fajã de Baixo e também pelas preocupações do Sr. Presidente da Junta — gostaria também de dizer-lhe que este Governo Regional irá em ocasião própria e muito breve, homenagear de uma forma que nós entendemos de grande alcance e dignidade, a figura de Natália Correia. Teremos muito gosto em anunciá-lo em breve.

Como alguns dos outros aspectos que nós conhecemos relativos ao processo que envolve a protecção dessa figura e a sua qualidade açoriana, têm dificuldades que o Sr. Deputado bem conhece, que terá também por outras vias dificuldades no orçamento da Região e de prioridades que, do nosso ponto de vista, não podem ser perdidas, eu, como Presidente do Governo Regional, não desejo perder a "rosa", ou seja, perder as prioridades que este Governo anunciou através do Partido que o suporta no período de esclarecimento dos cidadãos.

No entanto, não posso deixar de dizer que como açoriano, como apreciador de Natália Correia, como socialista e como Presidente da assembleia de freguesia da Fajã de Baixo, estou em inteira concordância com as observações feitas pelo Sr. Deputado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

**Deputada Fátima Sousa** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

A Lei nº 19-A/96 de 27 de Junho, "**cria o rendimento mínimo garantido**, instituindo uma prestação do regime não contributivo de Segurança Social e **um programa de inserção social**, por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares, residentes em Portugal, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional."

A partir da publicação da referida Lei, teve início o Programa Experimental de Projectos-Piloto em, várias partes do país, nomeadamente na Ilha de São Miguel nas freguesias de Rabo de Peixe, Calhetas e Fenais da Luz, na Ilha Terceira nas freguesias de Santa Cruz e Lajes e na Ilha Graciosa na freguesia de São Mateus. Em Março passado, foram abrangidas nas mesmas Ilhas outras freguesias e em Julho próximo, a Lei será aplicada a todo o território nacional, daí considerar oportuna a abordagem a este tema, tanto mais que na sequência da publicação e aplicação experimental do disposto na referida Lei terem surgido vozes concordantes e outras discordantes. No que se refere às últimas, e em minha opinião, desprovidas de fundamento consistente, parecendo desconhecer os condicionalismos sócio-económicos dominantes que determinaram a introdução de tal medida.

É de lembrar que a Protecção Social que hoje dispomos é o resultado de um largo processo histórico, para o qual sempre contribuíram factores económicos, sociais e políticos.

Quanto mais complexas estruturalmente são as sociedades, maiores são as necessidades quotidianas das pessoas que nelas se inserem, e conseqüentemente crescente o grau de exigência para satisfação dessas necessidades.

Assim, a Protecção Social tem âmbito e nível de cobertura variada de país para país.

Em Portugal, a Protecção Social apresentou até à década de 60, campos de cobertura pessoal e material muito limitadas em relação aos restantes países da Europa.

Baseava-se apenas na lógica **cumulativa**, quem produzia e contribuía para o sistema tinha direito a usufruir das prestações sociais regulamentares calculadas com base no nível de rendimentos salariais; quem não trabalhava não contribuía para o sistema, logo não usufruía das prestações sociais regulamentares, a estes últimos restava o recurso à "Assistência Social" ou à Solidariedade Parental e de Vizinhança, como

suporte material de sobrevivência humana, nomeadamente quando confrontadas, com situações difíceis por ocorrência de desemprego, doença e até mesmo morte de algum membro de família.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a Revolução de Abril de 1974, a par do sistema de Protecção Social baseado no modelo **cumulativo**, foi introduzido também o sistema de Protecção Social assente numa concepção **distributiva**, denominada de Não Contributiva cobrindo regulamentarmente situações sociais de indivíduos e famílias em situação de carência, nomeadamente de doença, e validez e/ou velhice.

Paralelamente foram aparecendo e crescendo o número de equipamentos sociais de apoio à família na área da infância, juventude e idosos, financiadas pelo Estado, mas a maioria deles geridas por Instituições Privadas de Solidariedade Social.

Na Europa, nos anos 90, existiam doze sistemas de Protecção Social, com traços comuns, mas também com especificidades próprias de acordo com as realidades sociais dominantes e o nível de consciência dos direitos dos seus cidadãos.

Apesar da melhoria de qualidade de vida de alguns cidadãos, parece surgir cada vez mais afastada a ideia de desenvolvimento humano como objectivo fundamental a atingir, afigura-se que o grande objectivo mundial é fazer com que a economia funcione.

É notória a introdução de alterações profundas no mundo produtivo com a crescente utilização dos avanços tecnológicos poupadores de mão-de-obra, logo geradores de desemprego, que associados à aplicação e aperfeiçoados mecanismos de competitividade, acentuam as exigências de qualificação dos trabalhadores e provocam precaridade de emprego, enquanto que o lucro do investimento cresce.

Constata-se que apesar do crescimento económico e de evolução de Protecção Social, as desigualdades sociais acentuaram-se, a pobreza aumentou, os problemas sociais cresceram, novos grupos correm risco de empobrecimento e emergem movimentos de agitação social.

Face a esta realidade, torna-se evidente a necessidade urgente de inflexão do processo de evolução em curso, que ultrapasse a hegemonia da racionalidade produtivista, para

dar lugar à construção de uma sociedade humanamente desenvolvida, espacial e ambientalmente equilibrada.

Para tal, parece-me necessário compatibilizar o crescimento económico com o desenvolvimento social, associando ainda o crescimento da protecção social e da equidade.

O reconhecimento desta necessidade parece estar na origem da recomendação da União Europeia de 1992, quando estabelece a prática de **rendimento mínimo** garantido, actualmente em vigor na quase totalidade dos países da União.

É uma medida de Protecção Social financiada pelo Orçamento Geral do Estado, que pretende proporcionar a cada indivíduo e/ou família um **rendimento mínimo** para satisfação das suas mais elementares carências de sobrevivência.

Em Portugal, a execução desta medida de Protecção Social, está associada ao imperativo do cumprimento de um programa de inserção social e profissional, imperativo este que será determinante no sucesso ou insucesso da execução da medida.

A atribuição do **rendimento mínimo** dissociado do cumprimento do programa de inserção social e profissional, irá gerar maior desresponsabilização, dependência económica e social, inércia, absentismo profissional, aumento do consumo de álcool, maior degradação humana e injustiça social.

Pelo contrário, num programa de inserção social bem elaborado, devidamente acompanhado e cumprido pela pessoa ou pessoas abrangidas pela atribuição do referido rendimento, favorece a sua integração social, responsabiliza-os, torna-os protagonistas do seu projecto de vida, dignificando a sua relação com a sociedade.

A atribuição do **rendimento mínimo**, além de ser um mecanismo integrador do ser humano na sociedade, será também um poderoso mecanismo de prevenção da pobreza e da exclusão social, pelo incentivo à frequência e assiduidade escolar dos mais novos, pela oportunidade de aquisição de escolaridade mínima, da qualificação profissional, de uma experiência profissional, de aquisição de conhecimentos na defesa da Saúde pessoal e colectiva, nas áreas da educação dos filhos, organização e economia doméstica, cuidados específicos a prestar a idosos e crianças, etc, ou seja,

aquisição de conhecimentos que prepare e valorize a população implicada, de modo a poderem contribuir de forma eficaz aos desafios do presente e do futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Como as regras para atribuição desta nova forma de Protecção Social são claras, deixa de haver lugar ao recurso sistemático das mesmas pessoas a vários Serviços e Instituições, acumulando por vezes meios e benefícios para os mesmos fins e frequentemente sem contribuírem com qualquer "quota" de esforço.

Por outro lado, fica claro que está à disposição de todos, um mecanismo que lhes proporcione um **rendimento mínimo** necessário à sua subsistência, se não usufruírem dele é porque já dispõem desse mínimo ou porque não desejam cumprir as regras do seu funcionamento, optam por um tipo de vivência quase essencialmente assente na indigência permanente.

A indigência é sempre uma ameaça à estabilidade social, ao crescimento económico, e conseqüentemente, em última análise à paz.

A introdução do **rendimento mínimo** irá dinamizar a economia, na medida em que cria poder de compra a quem não possuía, e ao mesmo tempo reforça os mecanismos de **redistribuição** da riqueza, porque transfere recursos financeiros, provenientes dos impostos nomeadamente dos mais abastados, para um segmento da população mais desfavorecida, promovendo maior igualdade, logo mais equilíbrio entre os homens, e conseqüentemente coesão e equilíbrio social.

A aplicação do **rendimento mínimo** em Portugal é uma medida de Política Social que revela grande sensibilidade para os problemas da actualidade. Utiliza parte do crescimento económico para investir no desenvolvimento humano, fim para o qual deveria ser a única razão da sua existência.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS, Governo e dos Srs. Deputados do PSD, Mark Marques, José Francisco Fernandes, António Menezes e José Maria Bairos)*

**Presidente:** Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, vamos fazer um intervalo até às 19.15 horas.

Entretanto, pedia aos líderes parlamentares para encontrarmo-nos na Sala de reuniões para fazermos uma Conferência de Líderes.

*Eram 18.50 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 20.00 horas.*

Vamos iniciar o Período da Ordem do Dia com a apresentação dos diplomas ao abrigo do Art.º 98 do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propostos pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular.

De acordo com o nosso Regimento, no dia em que é feita a menção na Mesa da entrada de Projectos e Propostas, os proponentes têm direito, antes do ponto da ordem de trabalhos que está agendado, a 10 minutos para proceder à sua apresentação.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular resolveu apresentar duas iniciativas legislativas que versam sobre a mesma matéria, ou melhor, sobre as mesmas entidades.

Como tal, queria aproveitar este período para fazer a apresentação das mesmas e inclusivamente, apresentaremos aqui a dispensa de exame em comissão e posteriormente a apreciação das mesmas.

As Misericórdias são instituições seculares que têm grande tradição na Região Autónoma dos Açores.

São responsáveis por diversas actividades, nomeadamente no lançamento de muitos dos hospitais desta Região e, hoje em dia, desenvolvem toda a sua actividade muito

relacionada com aspectos de natureza social, nomeadamente no apoio à terceira idade, creches e outras actividades.

Como tal, e envolvendo um conjunto de pessoas muito alargado e todo ele baseado fundamentalmente no voluntariado, o Partido Popular propõe que seja criado um regime — no género daquele que foi criado para as despesas com as actividades desportivas — dispensas específicas para as pessoas que queiram desenvolver actividade nas Misericórdias. É isso que propomos à Assembleia.

Este regime prevê a possibilidade de pessoas que queiram trabalhar nas Misericórdias em prol da unidade, possam ter dispensas de 24 dias por ano sendo as diversas entidades patronais compensadas por essa dispensa.

Conforme disse, se já foi aprovado a nível regional para as actividades desportivas, achamos por maioria de razão, que se deveria aplicar a um trabalho tão meritório como o trabalho de voluntariado relacionado com as Misericórdias.

Justifica-se também que são instituições que estão a ganhar uma certa dimensão e começa a ser razoavelmente difícil para muitas pessoas que estão envolvidas nelas, fazê-lo apenas fora dos horários laborais.

Muitas das pessoas estão envolvidas nos seus corpos dirigentes e a eles é-lhes exigido mais do que esse período pós-laboral e, na nossa opinião, isto é algo que se justificaria.

Paralelamente, num âmbito mais político e no reconhecimento da sua representatividade como entidades sociais, o Partido Popular propõe também que seja feito um alargamento do Conselho Regional de Concertação Social, no sentido de permitir que agremiações relacionadas com assuntos sociais e especificamente com as Misericórdias, possam entrar para esse órgão.

A nossa proposta vai no sentido de se criarem dois novos lugares dos quais um deles — e indo ao encontro de uma pretensão da própria união das Misericórdias — fosse ocupado por um representante indicado pelas mesmas.

Na nossa opinião, isto justifica-se.

Existe paralelo inclusivamente no Conselho Económico e Social a nível nacional, que tem não só os aspectos de natureza laboral, ou seja, a componente patronal e os sindicatos, mas também a representatividade dos sectores na área social.



Muito obrigado.

**Presidente:** Feita a apresentação, segue-se um período de 10 minutos, de acordo com o nosso Regimento, para pedidos de esclarecimento sobre os diplomas apresentados.

*(Pausa)*

Uma vez que ninguém pretende pedir esclarecimentos, vamos passar ao 3.º diploma que se trata de uma Proposta de Resolução sobre "Fenómeno da Insegurança nos Açores".

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A segurança, das pessoas e dos bens, é um dos valores fundamentais da sociedade.

Um clima de insegurança colectiva, que é fruto de uma realidade onde a coesão deu lugar à fractura social, tem vindo a fazer-se sentir, principalmente nos grandes centros urbanos.

Nos Açores, ainda há bem poucos anos, o fenómeno da insegurança não era sentido. Hoje em dia, infelizmente, já não é assim.

Os índices de criminalidade estão a crescer, de forma assustadora, também nos Açores. As estatísticas oficiais bastariam para o comprovar.

Independentemente dos números, o importante é que os cidadãos se sentem desprotegidos perante a espiral do crime e da violência e têm razão para se sentir assim, quando, mesmo em pleno dia, há cidadãos assaltados na própria via pública.

Quem estiver atento à comunicação social regional, toma conhecimento, repetidamente, de crimes contra a vida, contra a honra e a integridade física dos cidadãos, e fica também a saber da forma violenta como estão a ser frequentemente roubados ou destruídos bens e haveres. O fenómeno já não abrange apenas as maiores cidades dos Açores, nem tão pouco as vilas, mas atingiu já as outrora sempre calmas e pacatas freguesias da nossa Região.

Quem contacta com as populações, sabe que a questão da insegurança já não é uma preocupação secundária. Os cidadãos sentem e transmitem aos responsáveis políticos as suas angústias e a sua revolta.

Os açorianos alarmam-se ao verificarem que a Região se transformou numa porta de entrada da droga, como aliás comprovam os julgamentos em tribunal; declaram-se decepcionados quando os delinquentes são apanhados e deixados à solta, ou então quando são libertados das cadeias para logo voltarem a prevaricar, o que leva a população a acusar as leis de demasiado permissivas e as penas de insuficientes; indignam-se quando ouvem os responsáveis pelas polícias declararem que não têm meios humanos ou materiais para poderem fazer mais e melhor; sentem-se alguns tentados à prática da justiça popular, cujo regresso pode gerar uma onda incontrolável; receiam ver entrar na Região os repatriados que noutras paragens se viciaram no crime e desconfortam-se por sentirem que não há meios para os acolher, recuperar e inserir no tecido social açoriano.

Nos dias de hoje, também nos Açores, já as famílias receiam que os seus jovens possam ser transformados em reféns do crime organizado.

A população sente que esta situação está a transformar-se numa ferida social profunda que, por isso mesmo, exige uma resposta política e deve assumir carácter prioritário ao nível dos órgãos de governo próprio da Região.

Se é certo que a matéria de segurança e tudo quanto com ela tem relação, designadamente a dotação em meios humanos e materiais das forças de segurança, não é matéria de interesse específico regional como tal consagrada no Estatuto Político-Administrativo, também é indiscutível que o mesmo Estatuto confere competência à Assembleia Legislativa Regional dos Açores para, por sua iniciativa, se pronunciar relativamente às questões da competência dos órgãos de soberania, matérias que respeitem à Região.

Assim, o Partido Popular entendeu que é preciso recuperar a segurança, porque constitui um valor da nossa colectividade e uma das garantias do viver açoriano. O PP considera também que não faz sentido o esforço para fixar população na Região, nem se justifica o investimento financeiro para atrair turistas, se não existir a tranquilidade que sempre caracterizou os Açores e nos distinguiu de outras paragens.

É o Estatuto Político-Administrativo da Região que logo no n.º 2 do seu artigo 2.º impõe que a autonomia visa "a promoção e defesa dos valores e interesses do povo açoriano."

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, como directo representante do Povo Açoriano, não pode alhear-se, na óptica do PP, da preocupação que invade os açorianos e quantos aqui residem, cabendo-lhe fazer quanto estiver ao seu alcance para defender a segurança não apenas como valor, mas como condição essencial para o bem-estar e desenvolvimento dos Açores.

O Parlamento dos Açores tem o dever de apreciar o fenómeno da insegurança, apurando as suas causas e as formas de as combater, na consideração das características geográficas, sociais e culturais específicas dos Açores.

É neste quadro que o nosso Grupo Parlamentar apresenta a Proposta de Resolução que estamos aqui a apreciar e que visa que:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve pronunciar-se, por sua iniciativa, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores, depois de ter procedido a uma apreciação sobre as suas principais causas, através do contacto com as entidades representativas da sociedade e sobre as formas especiais de combater essas causas, após consulta às entidades com responsabilidades na matéria, na consideração das características geográficas, sociais e culturais específicas dos Açores.

Essa recolha, sob o nosso ponto de vista e como consta da nossa Proposta de Resolução, deve fazer parte de um documento anexo à mesma, onde solicite expressamente ao Governo da República que promova as acções adequadas à reposição da segurança nos Açores considerada como valor ancestral e essencial da comunidade açoriana e condição indispensável para o desenvolvimento social e económico dos Açores.

Apesar de no passado não se ter feito recurso, pelo menos de forma frequente, a esse instrumento estatutário, temos a obrigação e a oportunidade de o fazer.

Tudo faremos enquanto membros da Comissão Parlamentar e julgamos que se deveria fazer um esforço ao nível da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, para aproveitarmos essa oportunidade e envolvermos toda a sociedade açoriana nessa reflexão sem esquecer o Governo Regional que pela suas próprias funções, pode dar-

nos a nós Parlamento, contributo valioso no texto que venha a sair desta Casa e a ser objecto de aprovação.

A nós preocupa-nos que esse trabalho não se estenda por um período demasiado longo, e seja suficientemente eficaz para possibilitar que a Assembleia Legislativa Regional, fundamentando-se de forma documental, possa traduzir o anseio e as preocupações do povo dos Açores, porque estes sabem que as nossas competências directas não permitem resolver o problema.

Mas acredita que é nosso papel e obrigação sermos a voz e o sentir da nossa gente junto do Governo da República para que se criem condições ao combate a esse malefício e a essa desgraça que vai atingir a nossa sociedade.

O Governo provavelmente não faltará nessa colaboração que o Parlamento bem vai precisar, para chegarmos a um documento que nos honre e que faça com que a nossa gente cada vez mais acredite no trabalho do Parlamento dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Está aberto o período para pedidos de esclarecimentos.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções e uma vez que atingimos a hora regimental, vamos encerrar os nossos trabalhos e retomá-los-emos amanhã pelas 10.00 horas, de acordo com a decisão da Conferência de Líderes, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Leitura dos relatórios ao abrigo do Artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

2.º — Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/97 — "Adaptações no calendário do concurso para os quadros de vinculação/quadros zona de pedagógica de Educadores de Infância e Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico".

3.º — Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução — "Recomendação ao Governo Regional para urgente regulamentação do sistema de bonificação às linhas de crédito de campanha para as actividades agrícolas, pecuária e silvícola".

4.º — Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/97 — "Altera o artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/94/A, de 29 de Janeiro (Aplica à RAA o Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, que estabelece os princípios gerais de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da administração pública)".

5.º — Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/97 — "Aplica à RAA o regime do Decreto-Lei n.º 2/96, de 23 de Outubro (estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência, tal como definido na Lei 9/89, de 2 de Maio)".

6.º — Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/97 — "Regulamentação da Lei n.º 32/96, de 16 de Agosto (atribuição de pensão extraordinária aos trabalhadores abrangidos por acordos internacionais na RAA)".

7.º — Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/97 - "Aplica à RAA disposições da Lei de Bases da Contabilidade Pública e do Regime de Administração Financeira do Estado".

8.º — Anteposta de Lei n.º 2/97 — "Enquadramento do Orçamento da RAA".

Se os Pedidos de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão forem aprovados teremos ainda:

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/97 — "Adaptações no calendário do concurso para os quadros de vinculação/quadros zona de pedagógica de Educadores de Infância e Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico".

— Proposta de Resolução — "Recomendação ao Governo Regional para urgente regulamentação do sistema de bonificação às linhas de crédito de campanha para as actividades agrícolas, pecuária e silvícola".

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite e até amanhã.

*Eram 20.15 horas.*

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Augusto Elavai; **PSD** - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, Eugénio Leal, Joaquim Ponte; **PP** - Alvarino Pinheiro e José Monjardino*

*Deputado que faltou à Sessão: PSD — Aurélio da Fonseca).*

---

**Rectificação ao Diário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.º 6, de 28 de Janeiro de 1997.**

Está presente a seguinte rectificação ao Diário das Sessões n.º 6: na página 6 (2.ª coluna), onde se lê "não há distribuição **criterosa...**", deve ler-se "não há distribuição **acriteriosa...**"

Horta, 9 de Abril de 1997.

**O Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, *Dionísio Mendes de Sousa.***

---

**A Redactora de 2.ª Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco.***